

FE

ESCOLA **informação**

N.º 283 junho/julho . 2018 . MENSAL . 0,50€



9A
4M
2D

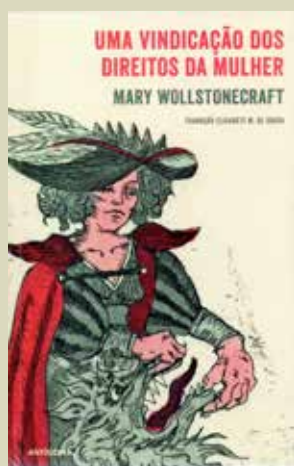
NÃO AO APAGÃO



PROFESSORES

Dossier

Greves às avaliações



Wollstonecraft, Mary
Uma Vindicação dos Direitos da Mulher,
 Antígona, Lisboa, 2017.

Em *Uma Vindicação dos Direitos das Mulheres*, obra publicada em Londres em 1792, Mary Wollstonecraft traça um retrato da concepção ou visão dominante da mulher que, apesar da Revolução Francesa em curso no outro lado do Canal da Mancha e da igualdade de direitos proclamada pela Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão em 1789, continuava, desde o Velho Testamento, a ser retratada à imagem do homem como ser desprovido de autonomia: “É provável que a opinião prevalecente de ter sido a mulher criada para o homem possa ter origem na poética história dos livros de

Moisés; contudo, como serão muito poucos, presume-se, aqueles que se dedicaram a pensar arduamente sobre esta matéria e chegaram alguma vez a supor que Eva era, literalmente, uma das costelas de Adão, terá que se conceder que esta dedução cai por terra; ou então, admiti-la só para provar que o homem, desde a mais remota Antiguidade achou conveniente exercer a força para subjugar a sua companheira e exercitar a invenção para mostrar que a mulher deve curvar a cerviz sob o seu jugo, porque toda a criação foi apenas criada para a sua conveniência ou prazer” (p. 67).

Passaram mais de 200 anos desde que Wollstonecraft escreveu esta passagem, mas, em muitos aspetos, a imagem da mulher no século XXI ainda não se libertou completamente do estereótipo que a autora, considerada como uma precursora do movimento feminista, com tanta perspicácia denunciou. Os sintomas desta regressão são por demais evidentes, apesar da legislação em Portugal e no mundo liberal-democrático europeu e norte-americano ter incorporado formalmente muitas das reivindicações dos movimentos feministas dos anos de ouro. Emerge, porém, sob novas formas, a imagem estereotipada da mulher que retorna ao espaço doméstico e se transforma no pilar fundamental da coesão de uma família em desagregação. Alguns defendem mesmo a necessidade deste retorno como única forma de preservação dos ‘valores’ que um

mundo cada vez mais secularizado e centrado na competição pelo predomínio tende a destruir. Mais manifesto e, aparentemente, menos problemático é o retorno da mulher como objecto de sedução ou como recetáculo das fantasias eróticas masculinas. Tudo se passa como se a tão apregoada liberalização dos costumes se voltasse contra a própria mulher que assim se transforma em *femme fatale*, espécie de contrário especular da mulher sustentáculo da coesão familiar.

Que perspectivas restam às mulheres para reconquistar o protagonismo que os movimentos feministas lhe concederam nos anos 60 do século passado e nos inícios dos anos 70? Embora seja difícil na época de um capitalismo financeiro, especulativo e predador o retorno em força daqueles movimentos sociais que permitiram que os direitos das mulheres à igualdade, liberdade e diferença fossem incorporados nos ordenamentos jurídico-políticos dos países da Europa e da América do Norte, Mary Wollstonecraft indica-nos uma via possível que permanece ainda hoje plenamente atual: “A liberdade é a mãe da virtude, e se devido à sua compleição as mulheres forem escravas e não lhes for permitido respirar o ar revigorante da liberdade, terão de languescer para sempre como seres exóticos e ser tidas como defeitos belos da natureza” (p.83). ■

Joaquim Jorge Veiguiinha

Docentes portugueses

Exaustos mas personalizados: até quando?

O estudo promovido pela FENPROF sobre o desgaste entre os docentes (levado a cabo pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa) baseou-se em cerca de 19.000 inquéritos obtidos de um universo de cerca de 120.000 professores e educadores. O tratamento dos dados recolhidos nas escolas pelos diversos sindicatos FENPROF, que foi feito por uma equipa de especialistas, coordenada pela investigadora Raquel Varela, daquela Faculdade (com a colaboração de muitos outros de diversas faculdades nacionais e estrangeiras), **mostra de forma categórica a resiliência e empenho dos docentes portugueses na sua profissão** apesar de revelar igualmente, sem margem para dúvidas, que cerca de 70% deles sofrem de exaustão emocional. Como é evidente na avaliação feita pelo psiquiatra António Coimbra de Matos, **os docentes continuam a responder à sua função e missão, cansados mas personalizados**. A grande maioria gosta de ensinar mas tem medo de não conseguir cumprir bem o seu trabalho devido ao enorme respeito que nutre pelos alunos, o que agrava ainda mais a sua exaustão emocional.

A extensão dos horários de trabalho, a intensificação das tarefas dentro do horário de trabalho, a falta de autonomia no exercício da profissão, a pouca influência nos currículos e na gestão das escolas, a excessiva burocracia e, em muitos casos, a indisciplina dos alunos, são fatores de desgaste muito preocupantes.

Por outro lado, cada vez mais mergulhados em tarefas pouco relevantes para o processo educativo, ainda por cima repetitivas e muito vigiadas, que provocam o sentimento de ausência de resposta às necessidades dos alunos e da sociedade, os docentes revelam índices muito elevados de falta de realização profissional.

O estudo não permite avaliar a extensão do “**burnout**” entre os docentes, dado que esta designação em língua inglesa é o termo que define uma doença concreta e o seu enquadramento só pode ser encontrado por especialistas da área médica, mas, se compararmos os seus dados com os de outros estudos que incluíram esta vertente, não nos afastaremos muito da realidade se considerarmos que o “**burnout**” já atinge uma fatia considerável do corpo docente.

Independentemente de tudo isso, a falta de reconhecimento social, o desrespeito governamental pelo seu trabalho, o desprezo pela recuperação integral do tempo de serviço congelado assim como a ausência de perspectivas de um futuro mais positivo, irão agravar os preocupantes sinais desse “**burnout**” numa classe profissional já muito envelhecida e em exaustão emocional profunda.

Se as negociações com o ME sobre a recuperação de todo o tempo de serviço perdido (sem esquecer as condições de trabalho e aposentação), adiadas para setembro próximo, se arrastarem no tempo sem soluções à vista, como até aqui, todos os fatores de “*stress*” se agravarão irremediavelmente e a resposta à pergunta do título deste editorial poderá ser: até muito em breve!

Em nome dos alunos, em nome do país, mas sobretudo em nome de todos os docentes portugueses não podemos permitir esse desfecho! ■

ficha técnica:

Director: José Alberto Marques . **Chefe de Redação:** António Avelãs . **Conselho de Redação:** Luis Viana, Joaquim Veiguinha, Rolando Silva, Isabel Pires . **Redação:** Lígia Calapez (Jornalista) . **Design Gráfico e Paginação:** Dora Petinha . **Capa:** Dora Petinha, foto de Felizarda Barradas . **Composição:** Fátima Caria . **Revisão:** Lígia Calapez . **Impressão:** Multiponto, S.A.. Edição e Propriedade de: **Sindicato dos Professores da Grande Lisboa**, Rua Fialho de Almeida, 3, 1070-128 Lisboa . NIPC: 501057528 Periodicidade: Mensal. Tiragem: 17 500 Depósito legal: 9157/85 . ICS: 109893.



2 Sugestões

3 Editorial

5 Dossier

Greves às avaliações

14 Cidadania

As Eleições Italianas e o Futuro da Europa

16 Entrevista

Com Borges Coelho

19 Escola Professores

19. Encontro internacional sobre o desgaste na profissão docente

21. Organização do Ano Letivo (OAL)

22. Inovação e precariedade, a quadratura do círculo

23. Assembleia Geral de Sócios apoia greve às avaliações

23. Regulamento Geral da Proteção de Dados

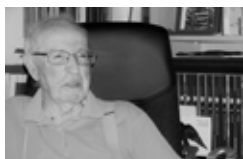
24 Uma ADSE forte contribui para um SNS sustentável

29 Grupo Escola Intercultural. “O que é ser cigano”

30 Orquestra Geração promove “meeting” na Gulbenkian

31 Aos Sócios

35 Alteração do período de férias



Entrevista com António Borges Coelho

PÁGINA
16

A luta é dura Mais dura é a razão que a sustém

Estes dois versos de um tema cantado pelo Zeca Afonso aplicam-se bem a esta luta dos professores pela contagem do tempo de serviço “roubado”: 9 anos, 4 meses e dois dias anulados na sua progressão na carreira durante dois períodos de crise.

Luta dura, traduzida em greves, concentrações, manifestações e que teve no seu movimento mais recente uma prolongada e bem sucedida greve às reuniões de avaliações finais. Dura porque incompreendida por boa parte da população, dura porque os comentadores encartados e os *blogues* não a poupam, dura porque envolve os alunos de cada um, dura porque, prolongada como foi, acabou por criar por vezes tensão entre os próprios professores.

Mas os docentes têm toda a razão, de tal modo que a própria Assembleia da República aprovou por esmagadora maioria, incluindo o PS, uma recomendação ao governo nesse sentido.

Mas uma luta não se ganha apenas por se ter razão, por mais sólida que ela seja. É necessário conduzi-la com eficácia, determinação e lucidez, não cedendo a voluntarismos desesperados que conduzam a luta a becos sem saída. Suspender a greve às avaliações após a reunião do dia 11 com o M.E. permite reagrupar forças, relançar propostas, aproveitar o espaço (escasso) de negociação que a luta obrigou o governo a abrir.

A luta não terminou. E vai continuar a ser dura, mas sustentada em razões inatacáveis. ■

Miguel André

Dossier

ESCOLA INFORMAÇÃO Nº283 junho/julho 2018

■ Greves às avaliações

“Filme de um processo ainda em curso” é o título de um texto fundamental que integra este Dossier sobre Greves às Avaliações. E que no fundo resume o fio condutor do próprio Dossier, que começa com um breve historial das anteriores greves às avaliações e culmina com a reunião de julho, que marca o momento atual deste processo. Naturalmente com novos desenvolvimentos em setembro/outubro. ■

Uma breve história das greves às avaliações

O começo de um processo é, por regra, entusiasmante e rico de ensinamentos. Foi em 1981/82 que os professores se abalancharam a fazer greve às avaliações. Como era a primeira, escolheram a greve no 1º período. Era mais fácil. Depois os professores foram mais longe e em 2013 e 2018 fizeram greve às avaliações do 3º período.

Greve 1981-82 SPGL, SPZS, SPM, SPRA

Razões de uma greve

A “diminuição constante das despesas públicas com a Educação (11,3% do OGE, o valor mais baixo desde 1970)”, a “desvalorização da profissão docente (com o novo aumento, o salário real dos professores sofre um abaixamento para níveis existentes na década de 60)” e o “desrespeito pelas organizações representativas dos professores (o Ministério da Educação não recebe o SPGL

desde 4 de Novembro)”, revela a *escola* no seu nº de fevereiro-março de 1982, são razões de uma luta de professores que levaram no final do 1.º período do ano letivo de 1981/82 à não atribuição das classificações/informações dos seus alunos. Uma forma de luta então nova.

Foi neste quadro que os professores da Grande Lisboa, do Sul, da Madeira e dos Açores decidiram, através das suas estruturas sindicais, empreender um conjunto de ações.

Nesta luta, revela a *Escola informação* de janeiro de 1982, o Sindicato de professores da Grande Lisboa colocou como objetivos centrais, os seguintes cinco aspetos:

1. Impor a publicação dos diplomas já negociados com o MEU e a revisão das medidas gravosas para os professores e para o ensino tomadas sem prévia negociação com os sindicatos;

2. Lutar contra a tentativa do Governo de impor o teto salarial de 15% degradando ainda mais o poder de compra dos professores e de todos os trabalhadores da Função Pública;

3. Lutar para que a introdução dos impostos profissional e complementar não signifique uma forma indireta de baixar ainda mais o poder de compra ou de retirar, na prática, o subsídio de Natal mobilizado no todo ou em parte para pagamento dos impostos;

4. Lutar por uma efetiva e séria negociação das questões prioritárias, na Proposta Reivindicativa Nacional, para 1981/82;

5. Lutar contra a redução das despesas públicas com a Educação e contra a degradação das condições de trabalho nas nossas escolas.

A adopção provável desta forma de luta — a não atribuição de classificações/informações no final do 1.º Período reveste-se de novidade, dado que nunca foi antes utilizada pelos professores.

Deve, entretanto, ficar bem claro que todos os professores realizaram a avaliação dos seus alunos só que não a publicam.

Assim, todos os professores estarão no final do período na posse de todos os elementos habituais de classificações ou informação qualitativa e/ou quantitativa registada na respectiva caderneta, ou dossier próprio.

Porém, e no momento de formalização dessa classificação/informação nas actas, pautas e fichas de uso interno ou para os encarregados de educação inscreverão apenas uma declaração-tipo do seguinte teor:

Os professores da Escola declararam que não registaram a classificação e/ou informação dos seus alunos como forma de protesto contra a degradação progressiva das condições de trabalho nas escolas, de luta pela satisfação das suas reivindicações e de exigência de respeito pela sua dignidade profissional e pela qualidade do ensino.

Esta declaração comum deve ser registada nas actas, fichas e pautas, conforme o grau de ensino.

Podem ser completado por um 2.º parágrafo, específico a cada escola ou disciplina, referente às condições específicas de trabalho ou ao n.º de aulas dadas.

Balanco

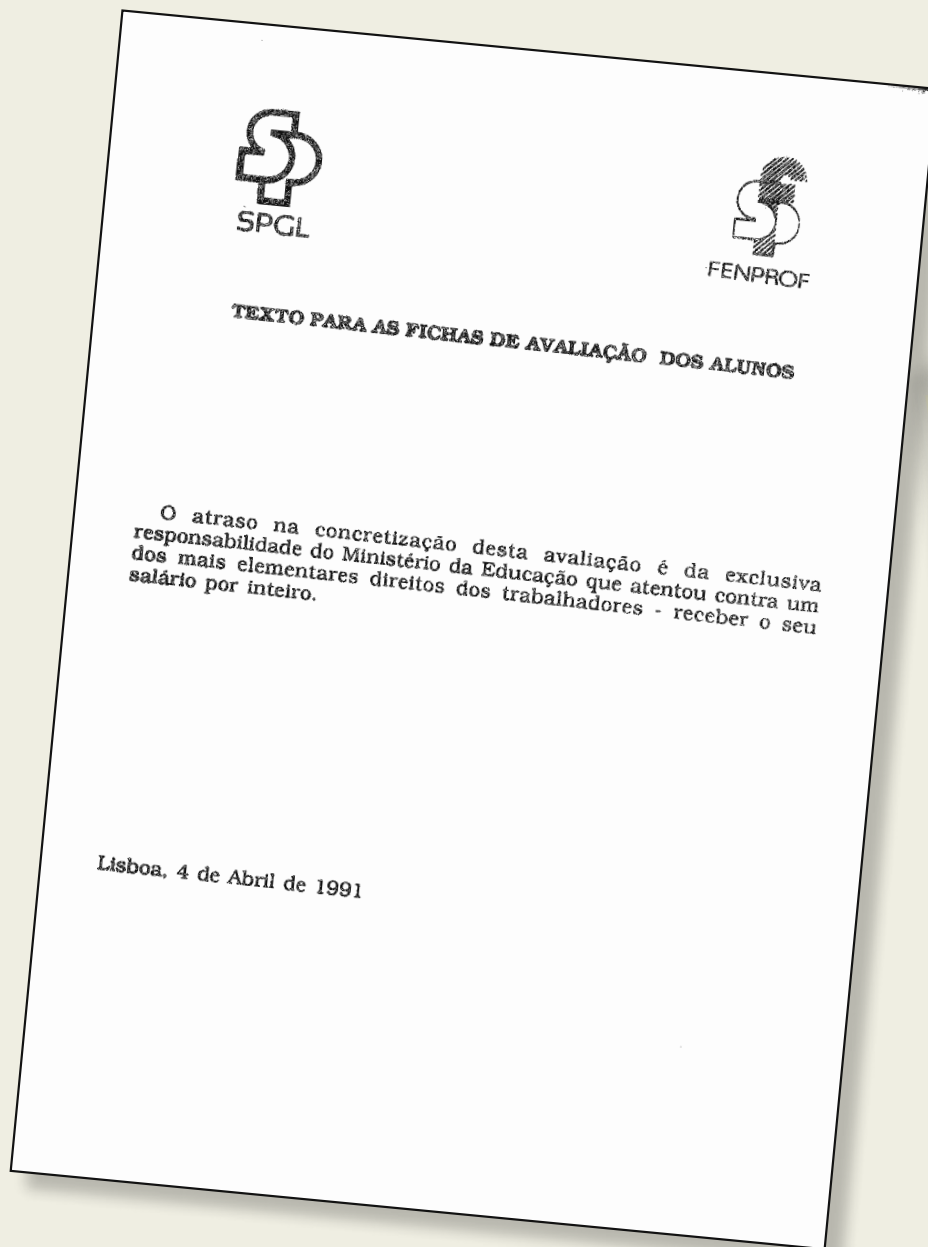
O balanço “que, neste momento, podemos fazer quanto

às ações já empreendidas é francamente positivo”, avalia-se na *Escola informação* de janeiro de 1982. “Sobretudo, foi um êxito, a não atribuição de classificações nos ensinos primário, preparatório e secundário (oficial) no final do 1.º período”.

Em abril de 1982 *O professor* faz novo balanço. “As negociações travadas entre os Sindicatos docentes e o Ministério da Educação chegaram no final do passado ano letivo, a resultados satisfatórios a respeito de algumas questões. No início do atual, o Governo Balsemão II, mantendo à frente do MEU o prof. Victor Crespo, optou pela quebra dos compromissos assumidos. Depois de repetidas e frustradas tentativas de desbloqueamento do impasse, os Sindicatos de Professores da Zona da Grande Lisboa e da Zona Sul decretaram greve de classificações no final do 1.º período”.

O Governo reagiu a esta iniciativa “com o anúncio de sanções contra os professores. Essas ameaças provocaram viva indignação nas escolas. A tal ponto viva e generalizada que o Governo teve de efetuar um recuo tácito sob a forma de uma consulta à Procuradoria Geral da República acerca da legitimidade daquela modalidade de greve. É conhecida a resposta: ela é favorável aos professores”.

E já na *Escola* no seu nº de fevereiro-março de 1982 se avança para o prosseguimento da luta. “Se alguns problemas já tiveram solução como consequência da própria luta travada (pagamento das horas extraordinárias e do subsídio de Natal) e outras tiveram uma meia solução envergonhada (Art.º 20; professores de Música e Educação Musical) novos problemas vieram acrescentar-se aos já existentes: intenções de liquidar a gestão democrática, um projeto de Lei de Bases sem qualquer auscultação dos professores, nova legislação sobre concursos no CPES/ES sem qualquer discussão com os sindicatos, etc. Por isso, os professores vão prosseguir a luta”.



Greve de 1991

As razões de uma greve

Em conferência de imprensa de 22 de março de 1991, António Teodoro, secretário-geral da FENPROF, anuncia a decisão dos sindicatos da federação de “apresentarem um **pré-aviso de greve para os dias 25 a 28 de março, coincidindo com as avaliações do 2º período escolar**”. E ainda o alongamento deste pré-aviso para os dias 27 e 28 e “para todos os outros dias até à abertura do ano letivo”.

Como causas imediatas desta greve às avaliações, o facto de

os orçamentos requisitados pelas escolas terem sido amputados de uma verba que “não permitia o pagamento integral dos vencimentos dos docentes das respetivas escolas”. O que corresponde, como denunciado pelo secretário-geral da FENPROF, a uma “decisão política de congelar parte dos vencimentos”. Nomeadamente “aquilo que está relacionado com os escalões e a progressão na carreira”.

Dia 22 de março, em concentração frente ao Ministério da Educação, é aprovada uma **moção**, resultante de reuniões e plenários entretanto realizados, em que se manifesta o apoio dos professores à luta decretada pelo SPGL e pela FENPROF e se acusa o ME e o governo de evidenciarem “a

maior falta de respeito pelos mais elementares direitos à retribuição do trabalho realizado”, pondo assim em causa “a credibilidade ética e política do Estado”.

Uma luta que prossegue

“Confrontado com o processo de greve às avaliações, o ME não encontrou outra forma de enfrentar o conflito que não fosse a publicação de um despacho, alterando regras, normas e princípios que devem nortear o importante ato pedagógico que é a avaliação dos alunos”, denuncia o Conselho Nacional da FENPROF, em reunião de 13 abril em que é aprovada uma resolução em que se frisa a necessidade de prosseguir a luta e se definem os seus objetivos e formas de ação.

No documento – e entre outras formas de luta – admite-se a possibilidade de realizar greve às avaliações finais e aos exames, “caso se mantenham por satisfazer as reivindicações que norteiam a luta dos professores”.

Greve 2013

Razões das greves

“Contra os despedimentos. Contra o horário de 40 horas. Pelo direito ao emprego. Pela dignificação da aposentação. Pela qualidade do ensino e pelo futuro dos nossos alunos. Em defesa da Escola Pública!” anunciava o cartaz de “junho em luta”.

Em comunicado de 16 de maio de 2013 anunciavam-se as greves e as suas razões. “As organizações sindicais de professores ASPL, FENPROF, FNE, SEPLEU, SINAPE, SINDEP, SIPE, SIPPEB e SPLIU reuniram-se em Lisboa a 16 de maio para analisarem a atual situação política, social e económica do país e as suas graves implicações na Educação”, iniciava o comunicado.

“É com forte preocupação que as

organizações registam a intenção do governo de impor mais e mais graves medidas, tais como a aplicação da mobilidade especial aos professores já a partir do próximo mês de setembro, a possibilidade de despedimento de professores na sequência da cessação dos seus contratos de trabalho, o anúncio do aumento do horário de trabalho para

as 40 horas e a eventual eliminação das tabelas salariais que constam dos seus estatutos de carreira”, prosseguia.

“Acrescem estas medidas a outras como a imposição de muitas que se destinam unicamente à eliminação de horários de trabalho, de onde relevam a criação de mega-agrupamentos, o aumento do número de alunos por turma ou as alterações curriculares que entraram em vigor no presente ano letivo”, continuava.

“Também os cortes orçamentais previstos para o funcionamento das escolas, a par dos que se repercutirão nos apoios sociais devidos aos alunos mereceram a reprovação destas organizações sindicais. Por fim, denunciam publicamente a intenção da AEEP de impor um novo contrato coletivo de trabalho (CCT) para os docentes do Ensino Particular e Cooperativo (EPC) que é um verdadeiro atentado à profissão de Professor e às suas condições de exercício profissional”, acrescentava o comunicado.

Face à situação vivida e ao seu anunciado agravamento, as organizações decidiram: “Convocar uma Manifestação Nacional de



Professores, Educadores e Investigadores para 15 de junho, em Lisboa. Mereceu ainda amplo consenso a convocação de greve ao serviço de avaliações para os dias 7, 11, 12, 13 e 14 de junho, bem como a convocação de Greve Nacional de Professores, Educadores e Investigadores Portugueses para 17 de junho”.

Entretanto a 15 de junho houve uma manifestação nacional de professores.

Balanço

Em comunicado de 26 de junho de 2013, o Secretariado Nacional da FENPROF fez uma “Saudação aos professores pelos resultados positivos que a sua luta tornou possíveis!”: “Os professores portugueses desenvolveram um dos seus mais fortes processos de luta e fizeram-no de forma irrepreensível. A grande determinação que esteve presente ao longo de 18 dias, nos quais realizaram greve às avaliações (inviabilizando mais de 95% das reuniões previstas), participaram numa enorme Manifestação Nacional

e realizaram uma das maiores e mais significativas greves nacionais, foi essencial para a obtenção dos compromissos que o MEC foi obrigado a assumir na ata de conclusão das negociações.”

“O balanço é claramente positivo já que o inequívoco envolvimento dos professores no processo de luta conduziu a um processo de negociação suplementar de matérias muito precisas – a mobilidade especial e o aumento do horário de trabalho – em que o governo, confrontado com a posição de firmeza dos docentes nas escolas, se viu obrigado a assumir com clareza compromissos com as organizações sindicais que significam um claro travão à aplicação de medidas que, tal como estavam pensadas pelo governo, levariam inevitavelmente, a muito curto prazo, ao despedimento de milhares de docentes, qualquer que fosse o vínculo contratual com o MEC”. Era este o balanço feito da luta de professores por Anabela Delgado, da direção do SPGL, em entrevista à *Escola Informação* de junho/julho de 2013.

“Para além de limitar o âmbito geográfico da mobilidade dos docentes, por iniciativa da administração, a limites aceitáveis e de adiar a aplicação da chamada requalificação profissional vulgo mobilidade especial, para 2015, o governo assumiu o compromisso de alterar o despacho sobre a organização do ano letivo, imposto, sem qualquer negociação, em aspetos com significativo impacto no número de docentes necessários às escolas. É o caso do retorno das horas de direção de turma à componente letiva dos horários e a assunção clara de que o eventual aumento do horário para 40 horas só tem impacto na componente de trabalho individual. Também a não atribuição de horário letivo aos docentes que requereram a aposentação é uma medida com impacto inequívoco no número de horários disponíveis nas escolas”, sintetizou Anabela Delgado os ganhos reais obtidos.

Greve 2017

Ensino Artístico Especializado Negociação e luta conduzem a resultados positivos

Os professores das Escolas públicas de Música e de Dança e das Escolas António Arroio e Soares dos Reis sempre contestaram o facto de não lhes ser aplicado o princípio de vinculação consignado através da popularmente designada “norma travão”. E protestaram por diversas formas pelo facto de não serem abrangidos pelo concurso de vinculação extraordinária aberto pelo M.E. no ano corrente.

Apoiados pelos sindicatos da FENPROF e com colaboração empenhada de alguns diretores das escolas envolvidas, foi possível chegar a um acordo com a tutela assente no seguinte:

Relativamente aos professores do EAE de Música e Dança:

. Permitir a renovação dos contratos celebrados em horário anual e completo no presente ano escolar, a concretizar através de despacho da secretaria de Estado da Administração Escolar (SEAE).

. Negociar um decreto-lei regulador do Ensino Artístico Especializado (EAE) no próximo ano letivo que consagre as condições de ligação contratual sucessiva a partir das quais a vinculação é obrigatória. Através desta “norma-travão”, específica para o EAE, vincularão alguns docentes

em concurso externo a abrir em 2017-2018.

. Abrir um concurso externo extraordinário no próximo ano letivo com a finalidade de vincular o diferencial entre o número de docentes abrangidos por aquela “norma-travão” e o total de docentes que se encontrarem, então, na situação de renovação de contrato e abrangidos pelas regras a definir.

Relativamente aos professores das EAE António Arroio e Soares dos Reis:

. Realização de um concurso externo extraordinário em 2017-2018, através do qual vincularão os docentes que possuem as condições contratuais e de tempo de serviço que foram estabelecidas como critérios de admissão ao concurso externo de 2014, isto é, que tenham horário completo e anual, possuam 1825 dias de serviço (5 anos) prestado em EAE e 1095 dias (3 anos) de serviço, nos últimos 6 anos, prestados de forma sucessiva em escolas públicas de EAE.

Cumpra aos professores e aos sindicatos exigir ao M.E. o cumprimento escrupuloso e em tempo útil dos compromissos obtidos. ■

El julho 2017



Greve às avaliações: Filme de um processo ainda em curso

• **António Avelãs**

|Professor Aposentado . Dirigente do SPGL|

Dossier

Greves às avaliações

Axcelente resposta dos professores e educadores à iniciativa da Plataforma dos Sindicatos traduzida numa manifestação nacional que, de acordo com os sindicatos, terá contado com cerca de 50000 participantes (números que não mereceram contestação dos órgãos oficiais e foram de certa forma corroborados pela polícia que fez a segurança da iniciativa) tornou claro que, face à não existência de qualquer sinal vindo do Ministério da Educação quanto ao retomar do processo negocial em torno das questões anteriormente apresentadas, das quais ressalta a exigência da contagem de todo o tempo de serviço para progressão na carreira, haveria que desenvolver novas formas de luta. E, embora não tenha sido feita nenhuma consulta prévia aos docentes, a Plataforma de Sindicatos dos docentes entregou, em 1 de junho, um pré-aviso de greve às reuniões da avaliação, com exceção dos anos que têm exames nacionais: 9º, 11º e 12º. A greve foi marcada a partir do dia 18 de junho, diariamente, até 13 de julho.

A posição da Plataforma sustentou-se nos seguintes argumentos: havendo uma reunião com o M.E marcada para dia 4 de julho, de negociação do Organização do Ano Letivo (OAL) 2018/2019, a greve, embora por razões legais o pré-aviso tivesse sido apresentado antes, só foi confirmada e amplamente divulgada após essa reunião, que foi absolutamente inconclusiva na matéria em apre-

ço e na qual o ministério não manifestou qualquer abertura negocial sobre as matérias pendentes.

Porquê só a partir do dia 18?

A Plataforma de Sindicatos admitiu que o ministério recorreria à definição de “serviços mínimos” e que o faria mais provavelmente se a greve abrangesse os anos com exames nacionais. Esta convicção apoiava-se na letra da “lei”. De facto, a Lei 35/2014, Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas, estabelece no art.º 397 que *“nos órgãos ou serviços que se destinam à satisfação de necessidades impreteríveis, a associação que declare a greve (...) deve(m) assegurar (...) a prestação dos serviços mínimos indispensáveis à satisfação dessas necessidades”*; enunciando depois os setores onde isto se aplica, nos quais inclui a *“Educação no que concerne à realização de avaliações finais, de exames de caráter nacional (...)”*. Mas também no comportamento do ministério que, em junho de 2017, confrontado com a convocação de greve às avaliações nas escolas de ensino artístico especializado – oito a nível nacional –, não hesitou em chamar os sindicatos para a definição de serviços mínimos. (A greve acabou por ser desconvocada por o governo ter solucionado a questão em causa: o direito de aplicação da chamada “norma travão” e vinculação extraordinária aos docentes destas escolas.) Tudo indicava, portanto, que o governo consideraria realmente que as reuniões de avaliação, tal como os exames, estariam sujeitos à aplicação de “serviços míni-

mos”. Causou portanto estranheza que, durante a reunião do dia 4, o ministro da Educação tenha afirmado perentoriamente que não havia lugar a serviços mínimos nem relativamente ao pré-aviso de greve apresentado pelos sindicatos da Plataforma nem ao entregue pelo Sindicato de Todos os Professores (STOP). Sublinhe-se que o pré-aviso da Plataforma previra, na apresentação, os tempos exigidos para a hipótese de declaração de serviços mínimos (10 dias úteis), contrariamente ao pré-aviso de greve entregue pelo STOP.

O surgimento do STOP

O STOP é um recentíssimo e pequeno sindicato (dados retirados da sua própria informação apontam para 300 sócios) que, contrariamente aos sindicatos ad Plataforma, ignorou a hipótese de serviços mínimos entregando o pré-aviso apenas com a antecedência de cinco dias, com início da greve a partir do dia 4 abrangendo desse modo as reuniões dos anos com exames nacionais. E pondo, posteriormente, como termo da greve o dia 31 de junho.

A resposta dos professores

Um pouco inesperadamente, foi significativo o número de escolas em que o apelo do STOP levou à não realização das reuniões de avaliação nos anos com exames finais. A remarcação destas reuniões implicou que em algumas escolas a sua repetição tivesse lugar depois do dia 18, tendo então também ficado abrangidas pela greve decretada pelos sindicatos da Plataforma, greve à qual os

professores responderam magnificamente. **Sendo embora difícil apurar dados exatos numa greve deste tipo, não andarão longe da verdade os dados apresentados pelos sindicatos que, na primeira semana, apontam para que mais de 95% das reuniões de avaliação não se tenham realizado.**

Entretanto, confrontado com a magnitude da resposta e com o facto de que também estavam a ser atingidos os anos com exames nacionais, num retrocesso que é também sinal de desorientação, o ministério desencadeia a aplicação dos serviços mínimos a estas reuniões (do 9º, 11º e 12º anos), aprovada pelo colégio arbitral contra a posição dos sindicatos. As reuniões destes anos passam então a ser realizadas desde que estejam presentes 50% mais 1 dos professores e os “ausentes” têm de entregar previamente as suas notas ao diretor do agrupamento ou ao diretor de turma. Entretanto o M.E decretara já que todos os alunos seriam admitidos a exame, mesmo sem conhecerem as suas notas de avaliação interna.

A segunda semana da greve (25 a 29 de junho) manteve elevadíssimo número de reuniões canceladas, dando à greve às avaliações uma dimensão de incontornável sucesso. Aqui e além surgiram algumas vozes, designadamente dentro do ministério, tentando diminuir o seu significado alegando que basta 1 docente em greve para que a reunião não se realize (exceto nas reuniões abrangidas pelos serviços mínimos decretados pelo colégio arbitral). O que é verdade; mas a facilidade em encontrar professores disponíveis para esse comportamento na esmagadora maioria das turmas e em quase todas as escolas e o apoio aos grevistas dos restantes professores deixa bem claro que esta greve respondia à disposição de luta da classe docente.

Registe-se que, em todo este processo, houve diretores de escolas/agrupamentos que manifestaram o seu apoio à luta (eles também

são professores...) e, sem infringirem a lei e as suas obrigações, tomaram medidas que a não prejudicaram. Sirva de exemplo a posição publicamente assumida pelos diretores da Área Pedagógica 12 (Almada-Seixal).

As Diretoras e Diretores dos Agrupamentos de Escolas / Escolas Não Agrupadas do Concelho de Almada, reunidos no dia 13 de junho de 2018, para análise dos esclarecimentos veiculados pela Nota Informativa enviada às escolas a 11 de junho de 2018 pela Senhora Diretora—Geral dos Estabelecimentos Escolares, concluíram, após obtenção e análise de parecer jurídico, o que passam a expor:

1. A referida Nota Informativa, nos pontos 3 e 4, parece emitir orientações que contrariam expressamente as leis vigentes (designadamente ao prever a possibilidade de realização de conselhos de turma de avaliação com a ausência por greve de elementos docentes e a obrigatoriedade de recolha de elementos avaliativos pelo diretor de turma, antes da realização efetiva da reunião de conselho de turma);

2. Uma Nota Informativa não é Lei nem se lhe pode sobrepor, tendo apenas como objetivo esclarecer a própria Lei, logo devendo, para todos os seus efeitos, obedecer-lhe;

3. O artigo 266º, nº 2, da Constituição da República Portuguesa consagra o princípio da legalidade estatuinto que “Os órgãos e agentes administrativos estão subordinados à constituição e a lei (...);

4. O princípio da legalidade está ainda consagrado no Código de Procedimento Administrativo, artigo 3º, nº 1, que prevê que “Os órgãos da Administração Pública devem atuar em obediência à lei e ao direito, dentro dos limites dos poderes que lhes foram conferidos e em

conformidade com os respetivos fins.”;

5. O Diretor, enquanto *órgão de administração e gestão do Agrupamento de Escolas / Escola Não Agrupada na área pedagógica* (Artº 18º da Rep. DL nº 75/2008 de 22 de abril), tem o dever de garantir que na avaliação dos alunos intervenham **todos** os professores envolvidos, cumprindo e fazendo cumprir os normativos **legais** vigentes, incluindo o Estatuto da Carreira Docente.

Por tudo o exposto e com base no Parecer Jurídico anexo, as Diretoras e Diretores ora subscritores afirmam que não estando assegurada a devida **legalidade das orientações/esclarecimentos expressos nos pontos 3 e 4 não os poderão cumprir e solicitam a imediata exclusão dos mesmos pontos da Nota Informativa.**

Almada, 13 de junho de 2018

Posição das Associações de Pais

As confederações de pais dividiram-se perante as greves. A CNIP, reconhecendo a justiça da luta dos professores, manifestou a sua compreensão e apoio; posição contrária foi a da CONFAP que sublinhou que na prática a atitude dos docentes abria as portas ao crescimento do ensino privado. Ambas, porém, defendem que os pais de alunos “chumbados” ou que se considerem prejudicados por decisões de reuniões em que não tenham estado presentes todos os docentes devem requerer a reapreciação dessas decisões com a presença de todos os professores.

A consulta aos professores

Face ao prolongamento da greve (na maioria das escolas iniciada em 18 de junho, mas em algumas logo no dia 4) e ao aproximar do período de férias, os sindicatos da Plataforma lançaram, entre 29 de junho e 4 de julho, uma consul-

ta aos docentes sobre o que fazer face a uma eventual convocatória do ME para reinício das negociações e como continuar, se necessário, a luta. Os resultados não surpreenderam.

Inesperada terá sido a decisão dos sindicatos da Plataforma de insistir no prolongamento da greve até ao dia 13, contrariamente à opinião de 70% dos docentes que entenderam que face a uma convocatória do ME a greve deveria ser de imediato suspensa.

Número de respostas: 50738.

1ª questão: Concorda com a posição dos sindicatos de exigência de recuperação do tempo de serviço (9Anos, 4Meses, 2 Dias) (...)? SIM: 96,4%; NÃO: 2,5%

2ª questão: Admite que a recuperação do tempo de serviço seja faseada (...)?

SIM: 93,8%; NÃO: 5,1%

3ª questão: Concorda que, por opção do professor, a recuperação do tempo de serviço se possa refletir nos requisitos para a aposentação? SIM: 81,2%; NÃO: 17,6%

Quanto ao prosseguimento da Luta:

1ª questão: Deve a greve ser suspensa caso o M.E. retome as negociações ainda em julho? SIM: 67,9%;

Deve ser prolongada até dia 13? SIM: 31,5%

2ª questão:

- Como continuar a luta no próximo ano?

- Greve em 17 de setembro (1º dia de aulas) - 37,7%

- Greve ou greves entre 1 e 4 de outubro: 47%

- Manifestação Nacional de Professores a 5 de outubro: 62,1%

- Greve aos dois primeiros tempos desde o início das

aulas: 30,2%

Entretanto o M.E. convocara os sindicatos para o reinício da negociação em reunião marcada para dia 11. O texto da convocatória surgiu já depois da consulta e em termos que deixaram os sindicatos muito céticos quanto ao resultado na reunião. De facto, na convocatória o ministério repete integralmente as razões que têm levado à recusa da contagem integral do tempo de serviço, deixando no ar a ideia de que não alterará a sua posição de recuperar apenas 2anos, 9 meses e 18 dias. Esta é a razão pela qual os sindicatos da Plataforma não “respeitaram” a opinião majoritária (70%) dos docentes que responderam à consulta. ■

A reunião de 11 de julho

• **António Avelãs**

|Professor Aposentado . Dirigente do SPGL|



Foto: Felizarda Barradas

“Foram necessárias mais de 53000 reuniões não realizadas para haver reunião no ministério” era o título de uma nota à comunicação social enviada pela FENPROF no dia anterior. E a

afirmação é substancialmente verdadeira. Esta é primeira inter-rogação: sabendo o ministério (e o governo), até pelas experiências anteriores de greve às avaliações, que estas têm um evidente impac-

to na vidas das escolas, por que nada fez para criar espaços de negociação que evitassem esta greve? Como o decorrer da reunião deixou bem claro, não foi a preparação de novas propostas ou estudos que justificaram esta “apatia” do ministério e do governo. E se a intenção foi “medir” o pulso aos professores, o resultado foi muito claro: eles estão mesmo zangados e ofendidos!

A reunião de 11 de julho, não tendo alterado radicalmente a situação, abriu, contudo, algumas frestas negociais que urge consolidar e alargar.

- A criação de uma comissão técnica paritária (ministério e plataforma de sindicatos) para avaliar o impacto orçamental da recuperação do tempo não contado e do reposicionamento significa que o M.E. e o governo admitem que os números lançados para a co-

municação social (600 milhões de euros todos os anos) podem estar inflacionados; estudos muito credíveis feitos pela FENPROF apontam para valores muito inferiores. Isto é importante: se os números a que se chegar forem bem inferiores aos 600 milhões apregoados, os sindicatos ganham uma força negocial não desprezível.

- Quanto ao tempo a contar, nas posições das duas partes, aparentemente inamovíveis, também esta reunião abriu veredas a explorar: o M.E. não garante minimamente que aceitará contar os 9 anos, 4 meses e 2 dias que os professores exigem; mas também não exclui que no limite possa aí chegar. Os sindicatos dos professores não prescindem da recuperação integral desse tempo, mas admitem que, em alguns casos, ele possa ser transformado em benefícios em outras matérias, como o regi-

me de aposentação. Posições vagas, ainda nada clarificadas, mas que significam um lento mover de posições. Mas como num jogo de xadrez, os jogadores têm de ter estratégias claras e persistentes, e uma paciência infinita para aproveitarem as pequenas abertas que o “adversário” permite; as pretas (leia-se os sindicatos dos professores) ainda não estão em condições de impor um ameaçador xeque-ao-rei, muito menos um xeque-mate. Mas tal como no xadrez, a lúcida persistência negocial fará abrir brechas na muralha defensiva do ministério. Novos movimentos de ataque certamente lá para setembro /outubro.

.....
A greve aos exames e a greve às avaliações funcionam no imaginário dos docentes como armas fortes nos processos de luta. E são. Contudo, as limitações resultantes da imposição dos serviços

mínimos acabam por limitar a eficácia destas greves. Recorde-se que na greve aos exames de 2005, eles fizeram-se todos mesmo em escolas com 90% de adesão dos professores à greve convocada. No processo em curso, a determinação de aplicar serviços mínimos nos anos com exames nacionais reduziu a quase nada a greve que o STOP marcara para essas turmas. Além de que se torna difícil prolongá-las quando “colidem” com as férias e as interrupções letivas.

Além disso, criam um ambiente de hostilidade de boa parte da população contra os docentes, prejudicam a imagem social da escola pública.

Mas não deixam de ser armas fortes, que os professores devem (saber) usar. Mas, voltando ao jogo de xadrez, só devem ser usadas para ameaças reais de xeque-mate... ■

Desconto por efeito do exercício do direito à greve

Algumas escolas pretendem processar os vencimentos dos docentes, considerando, para efeitos de greve, que, no caso de estar registada no horário apenas uma reunião de conselho de turma, tal corresponderá a um dia completo de desconto.

Ora, configurará esta atuação um ato ilegal, pois, das funções atribuídas que decorram da permanência do docente no agrupamento resulta que, para além do horário de permanência atribuído, terá de ser considerado o horário de trabalho individual, que não se encontra definido, ou seja, é da gestão do professor

Sucedem, contudo, que as ausências por motivo de greve, direito constitucionalmente consagrado no artigo 57º e artigo 394º da LTFP,

não têm natureza jurídica de faltas. Resulta deste último preceito que a greve suspende as relações emergentes do contrato de trabalho, nomeadamente o direito à retribuição e, em consequência, desvinculação dos deveres de subordinação e assiduidade.

Importa revisitar o teor dos Pré-Avisos de greve, designadamente a sua abrangência, da qual resulta “(...) convocam greve à atividade de avaliação no dia (...) de julho, com incidência nas reuniões de conselho de turma ou outras que se realizem naquele âmbito (...)”, de onde se conclui que o contrato dos docentes em greve, apenas se suspende no período afeto às atividades acima identificadas.

Assim, temos que convocada somente uma reunião num dia de trabalho, resultará que o docente tem o tempo de trabalho de permanência o tempo da reunião e

de não permanência as restantes horas para efeito de cumprimento da componente não letiva, conjugados os artigos 76º, 78º e 82º do ECD.

Entender de forma diferente conduziria à suspensão do contrato o dia inteiro, o que efetivamente não ocorre.

Posto isto, o desconto a efetuar terá de ser proporcional ao tempo da duração da suspensão do contrato por efeito do exercício do direito à greve, conforme pré-aviso, isto é, ao tempo constante da convocatória do conselho de turma

Nas escolas em que se proceda de forma diferente, isto é, em que se desconte o dia completo, o sócio deve contactar o seu sindicato para efeitos de, impugnando o vencimento, exigir a reposição da legalidade. ■

A direção do SPGL



As Eleições Italianas e o Futuro da Europa

Joaquim Jorge Veiguinha

Quarenta anos depois da morte de Aldo Moro, ocorrida em março de 1978, uma coligação dum partido de extrema-direita, A Liga, de Matteo Salvini, e do Movimento 5 Estrelas (M5S), de Luigi di Maio, partido populista sem ideologia definida, venceu as eleições legislativas italianas com a maioria absoluta dos votos. Apesar do segundo ter conquistado 32,7 % dos votos para a Câmara dos Deputados, o primeiro, apenas com 17,4%, constitui o partido dominante do novo governo transalpino. O grande derrotado foi o Partido Democrático, que tem menos deputados tanto na Câmara de Representantes como no Senado do que o partido de Salvini, apesar de ter uma percentagem de votos maior, graças ao facto de um terço dos deputados ser eleito em círculos uninominais.

No programa do novo Governo destacam-se algumas situações preocupantes. A primeira é a formação de uma Câmara de Compensação, herdeira do Grande Conselho do Fascismo de Mussolini, em que serão, ao que tudo indica, tomadas decisões relevantes à revelia do Parlamento Italiano. A segunda é o estabelecimento duma taxa proporcional sobre o rendimento ('flat tax') de 15% que poderá aumentar para 20% para os rendimentos superiores a 80.000 euros. A terceira

é a promessa do partido de Salvini de expulsar da Itália meio milhão de imigrantes alegadamente em situação de ilegalidade, bem como o fecho de todos os acampamentos ciganos em Itália, considerados como "viveiros de delinquência". A estas duas medidas acrescenta-se, em belo estilo *FAR-WEST*, a liberalização do porte de armas em nome dum pretenso direito de legítima defesa. O partido de di Maio limita-se neste contexto a propor um alegado Rendimento de Cidadania, que lhe valeu a vitória no Sul da Itália, misto de Rendimento Básico de Inserção e Rendimento Mínimo Garantido, no valor mínimo de 780 euros, que arrancará apenas em 2020, sendo apenas atribuído aos cidadãos cujo rendimento seja inferior a um determinado patamar e condicionado à frequência de programas de emprego e de ações de voluntariado. O custo previsto desta medida é de 7000 milhões de euros, não se sabendo ao certo como será financiado, em consequência da introdução da 'flat tax' que contribuirá para reduzir significativamente as receitas fiscais.

O erro do Presidente da República Sergio Mattarella

Em 27 de maio, o Presidente da República Italiana, Sergio Mattarella, vetou a constituição do governo Salvini/

di Maio, em virtude da nomeação para o Ministério da Economia e das Finanças de Paolo Savona, banqueiro e ministro da Indústria em 1993-1994 que considerava, não sem razão, num artigo publicado no jornal italiano *La Stampa*, que a Alemanha tinha sido a principal beneficiária da introdução do euro que prejudicou fortemente a economia italiana que, desde o seu ingresso na moeda única, registou taxas de crescimento do PIB extremamente baixas e viu a sua indústria perder quotas de mercado. Em sua substituição, nomeou Carlo Cottarelli, ligado ao FMI e defensor das políticas austeritárias criticadas tanto pela Liga como pelo M5S, como primeiro-ministro dum governo de iniciativa presidencial. Após esta decisão politicamente desastrosa, um estudo chegou à conclusão que os dois partidos reforçariam significativamente a sua maioria na Câmara dos Deputados e no Senado: num total de 618 lugares na Câmara de Deputados conseguiriam 425 deputados contra os 343 atuais, enquanto no Senado obteriam 209 contra os 167 atuais num total de 309, vencendo em 94% dos círculos uninominais (Fonte: "Corriere della Sera", 29.05. 2018), com particular destaque para o partido de Salvini que conseguiu recentemente uma vitória esmagadora sobre o M5S em eleições realizadas em 761 cidades italianas, em que este partido se limi-

tou a passar à segunda volta apenas em 3 das vinte capitais das províncias, perdendo as restantes (Fonte: *El País*, 17.06. 2018). A solução politicamente desastrosa de Mattarella acabou por ser revertida em 30 de maio, data em que foi proposto afastar Savona do ministério da Economia. Um dia depois, formou-se o novo Governo italiano, tendo como primeiro-ministro Giuseppe Conte, um jurista cujo currículo de frequentador de cursos nas universidades de Nova Iorque e Cambridge não é confirmado por ambas – não consta nenhum registo da sua inscrição –, como ministro da Administração Interna Salvini, cabendo a di Maio a pasta do Desenvolvimento Económico e do Trabalho. Para fechar este quadro – com senhora – destaca-se a ministra da Saúde, Giulia Grillo, médica especializada em medicina legal, adversária da obrigatoriedade da vacinação da população italiana, aprovada em 2017.

Algumas Causas da ‘Débacle’ italiana

Esta grave situação tem, a nível político, como principal responsável, o Partido Democrático de Renzi e o Governo de Mario Monti por este apoiado. Neste Governo foi aprovada a Lei Fornero, da ministra do Trabalho e das Políticas Sociais, Elsa Fornero,

que a pretexto de salvar a Itália, país de grandes evasores fiscais, do *default* financeiro, para além de ter aumentado a idade de reforma para obter a pensão máxima dos 60 para os 65 anos, aboliu a norma do Governo Prodi que permitia combinar a carreira contributiva do cidadão e a idade para a obtenção daquela. Por sua vez, Mateo Renzi, foi o promotor, no Governo de Letta, do chamado ‘Job’s Act’ que criou um alegado “contrato único a tutela crescenti” que, na prática, não tutela ninguém, mas abre a porta ao aumento dos despedimentos e à redução das indemnizações por pretensos “motivos objetivos injustificados”, de que se destacam a ‘inadaptação do trabalhador ao posto de trabalho’ e a redução do plantel em consequência de reestruturações económicas. Estas duas disposições legislativas foram fortemente contestadas. No plano social, cresceram fortemente nos últimos anos as desigualdades sociais, em consequência da implantação do modelo da economia digital, que enfraqueceu o operariado tradicional, e do empobrecimento da classe média assalariada italiana que registou um declínio do nível de vida a que estava habituada no passado.

Na frente externa, a atual Europa do euro favorece estas formas de governo em que se destacam o partido de Salvini, os países do grupo de Visegrado, a Áustria em que a extrema-direita

também se encontra no Governo, o partido de Marine Le Pen entre outros que tendem a fortalecer-se, como a CSU alemã, ramo bávaro da CDU. A ausência duma união orçamental que possa empreender políticas sociais para reduzir as desigualdades entre países e o investimento produtivo, a situação inaceitável duma Alemanha que recusa terminantemente reduzir os seus elevados excedentes orçamentais e empreender uma estratégia de mutualização da dívida, uma política comercial desregulamentada que não é uma alternativa ao protecionismo da Administração Trump, antes o reforça cada vez mais, alimentam a extrema-direita xenófoba e o populismo de movimentos como o M5S. Uma reforma profunda do euro torna-se cada vez mais necessária. Caso contrário, nuvens negras avizinham-se no horizonte e o futuro democrático da Europa estará irremediavelmente condenado ao fracasso.■



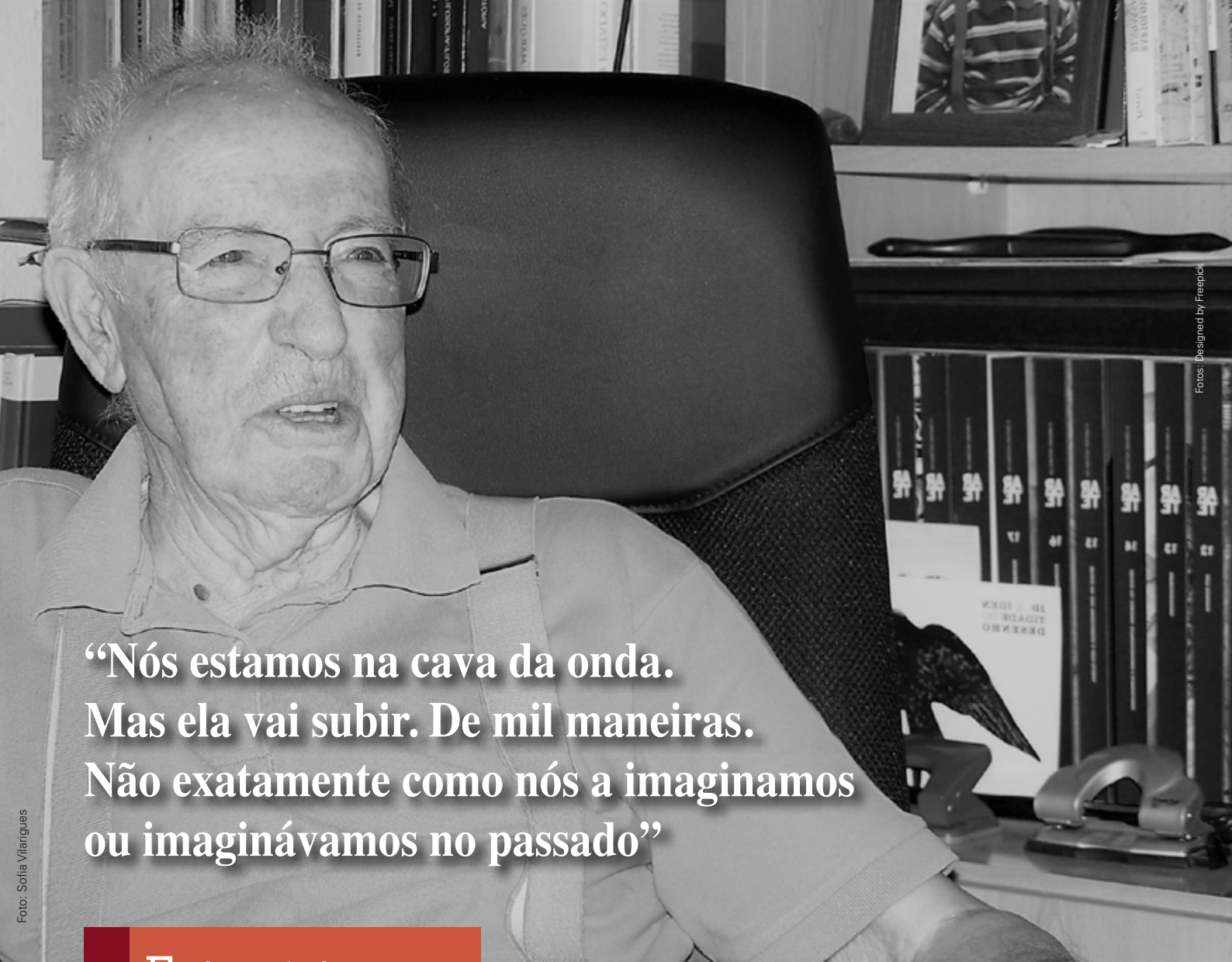


Foto: Sofia Vilariques

Fotos: Designed by Freepick

“Nós estamos na cava da onda. Mas ela vai subir. De mil maneiras. Não exatamente como nós a imaginamos ou imaginávamos no passado”

Entrevista com

Borges Coelho

“Questionar” é, de algum modo, o lema que tem acompanhado Borges Coelho em todo o seu acidentado e rico percurso de vida, em que se cruzaram estudo, escrita, ensino, luta. E que na entrevista que deu a *Escola Informação* uma vez mais sublinha.

Um questionar que é uma forma de aprendizado e permite também abrir perspectivas de esperança.

“É mais difícil hoje esse florescer da esperança perante um mundo tão diferente daquele que foi imaginado por nós. É preciso ir ao passado e ver que a vida e a história são isso mesmo”.

Ligia Calapez
Jornalista

Foste professor durante grande parte da tua vida. Que memórias guardas desse teu percurso?

A primeira aula que dei, pouco depois de sair da prisão, foi num pequeno colégio na Almirante Reis. À saída estava uma brigada da PIDE. “Estamos-te a ver.” A PIDE não me dava autorização para lecionar. Ficava à responsabilidade do diretor do colégio. Lecionei na Escola Fernando Pessoa, a Campo de Ourique, e na Crisfal, ao Campo Pequeno. Mais tarde, fundei com quatro magníficos e queridos colegas o Externato Séneca. Saí do Externato quando fui “eleito” profes-

sor numa assembleia de professores e estudantes da Faculdade de Letras de Lisboa.

E qual foi a tua experiência, como professor, na faculdade?

Fantástica. Pelo movimento social que nos envolvia e pelo apetência e entusiasmo dos alunos pela História. Tive alunos mais velhos do que eu mas os jovens eram a multidão, muitos deles regressados das ex-colónias.

O primeiro seminário que dirigi, logo em 1974-75, foi sobre o Infante D. Henrique. Não que eu o tivesse organizado, mas em substituição de um outro professor. Quando entrei na aula, a maioria dos alunos eram “retornados”, olharam para mim como quem olha para o diabo.

Disse-lhes: *Com certeza cada um já tem opinião formada. Mas o seminário destina-se a confirmá-la ou não, lendo, ouvindo e discutindo os documentos. Estamos em liberdade.* O seminário foi muito participado e positivo. Afinal o infante D. Henrique foi o primeiro dirigente político que enviou navios a navegar para lá do Cabo Bojador...

Qual o interesse de saber história para a compreensão do mundo atual?

O discurso da História assenta numa memória construída. Essa memória integra mais ou menos profundamente a consciência individual e coletiva. Não é inocente, mas fruto das contradições sociais e das diferentes visões do Mundo. E está, mesmo não visível, na reprodução das condições da existência e na nossa ação como cidadãos. Essa memória coletiva oscila entre a epopeia e a negação, inventa e é ferida muitas vezes com acontecimentos inventados.

Os que hoje escrevem o discurso da História dispõem de mais experiência, de imensa informação arquivada e publicada e vivem numa sociedade mais complexa, o que lhes permite, ao passar do complexo para o mais simples, apanhar mais facilmente o desenho do esqueleto.

Sentiste isso no teu trabalho?

Ao longo destes anos todos tens sentido isso?

O historiador parte sempre do presente. Mesmo quando está a trabalhar na

pré-história. Tem é de conhecer a história das palavras que vão mudando, negando ou acrescentando sentidos. E não pode transferir para o passado as estruturas do presente. Deve tentar ouvir as palavras e as ideias dos que nos antecederam.

A História envolve todas as outras ciências, até a matemática. O grande trabalho começa logo na construção dos factos. E não os podemos colher na árvore e lançar no cesto da prosa como laranjas desirmanadas. Na construção cometemos erros que o tempo corrige ou desmascara. E não há discursos iguais. Passaram pela inteligência e as emoções dos construtores.

Que pensas da polémica em torno do termo Descobrimientos?

Fui professor da cadeira de “História dos Descobrimientos e Expansão Portuguesa”. Durante anos. Com milhares de alunos de diferentes cursos. Não tenho nada contra a expressão Descobrimientos e Expansão Portuguesa. Pelo contrário.

É evidente que a largada das naus, usando uma metáfora que corresponde à realidade, traz toda uma série de problemas. Na historiografia do passado afirmava-se que íamos espalhar a fé e o império, não íamos fazer nenhuma maldades e os vários interesses ficavam no limbo.

Na expansão portuguesa, houve desejo de conhecer e de saber que se manifesta larga e originalmente nas fontes narrativas que chegaram até nós.

Desde logo saber como navegar. Não descobrimos só o caminho marítimo para a Índia e a descoberta é de tomo. Todo o Atlântico Sul foi navegado e descoberto durante um século pelos portugueses. Mesmo os negros do continente estavam a ser descobertos pelos europeus e descritos com olhos que não eram os seus. Essas descrições ajudam também os africanos a descobrir-se. O “Esmeraldo” de Duarte Pacheco Pereira ou “A Peregrinação” de Fernão Mendes Pinto são testemunhos que interessam a toda a Humanidade. Inicialmente havia desejo e necessidade de conhecer e de saber, mas desde logo envolvidas por uma escandalosa cobiça.

As primeiras navegações iniciam um movimento, primeiro de captura, e seguidamente de negócio de compra e venda dos escravos sem excluir

a captura. O ouro africano chegava à Europa pelas caravanas que atravessavam o deserto do Sara, agora é bombado pelas caravelas portuguesas que bordejavam o oceano.

E a colonização do Brasil tem na base o trabalho escravo dos índios e dos africanos. E também o trabalho dos camponeses e dos quadros portugueses e a direção de mercadores, fidalgos, frades e padres, particularmente dos padres jesuítas.

Não é linear.

Temos de olhar para o todo. Lecionei a cadeira de “História dos Descobrimientos e da Expansão Portuguesa” e senti-me à vontade. E continuo à vontade. Escrevi sobre o tema. Tenho muito respeito pelo sofrimento dos escravos. Mas recorro que a escravatura não começou em África com a chegada dos portugueses. Tomou foi outra amplitude e iniciou o período dramático e secular da colonização forçada



Foto: Sofia Vilarigues

do continente americano. Também não esqueço que os chefes tribais vendiam há muito os seus próprios irmãos.

No trabalho que desenvolveste, de algum modo resgataste a marca árabe na História portuguesa. Queres falar sobre isso? Porque é que ela foi ignorada?

Nos meus tempos de estudante era completamente ignorado o nosso passado muçulmano. Os árabes estiveram cá e, em massa, os berberes recentemente islamizados. O Alexan-

dre Herculano teve a noção clara de que Portugal fora constituído por duas metades, a moura e a cristã. Mas a história nacionalista e cristã continuou a deixar os mouros no limbo. Perguntei a uma professora onde poderia encontrar fontes sobre o passado árabe, respondeu-me que não havia nada. Respondi-lhe que já tinha traduzido umas centenas de páginas e que, com certeza, havia vestígios. Passou a tratar-me por “mouro”.

No meu livro “Portugal na Espanha Árabe” traduzi centenas de páginas de historiadores, geógrafos e de altíssimos poetas e filósofos. Dediquei alguns anos a esse trabalho. Como que levantei o pano que ocultava esse nosso tesouro. Os restos desse passado começaram a sair da terra. Sim. Temos muito sangue árabe e sobretudo berbere.

Questionar a História é o que define o meu trabalho de investigador. Só os reis, os bispos, os santos, os fidalgos é que fizeram a história? Só as elites? Onde é que estão os trabalhadores? Onde estão as minorias? Eram os chefes que reproduziam as condições da nossa existência? E as minorias?

Tu que viveste a realidade do fascismo, não serão poucas as memórias que hoje se mantêm do que foi o fascismo?

Fascismo significou desde logo supressão da liberdade de pensamento, da liberdade de expressão sob todas as suas formas. Havia todo um corpo constituído pela Pide, a Legião Portuguesa e os bufos espalhados por todo o país que vigiavam e reprimiam os que ousavam assumir a liberdade. Esse corpo repressivo contou com a colaboração de boa parte da hierarquia da Igreja Católica Portuguesa.

A maioria da população não tinha acesso ao ensino secundário, o analfabetismo nos campos era generalizado, particularmente nas mulheres. Quis criar uma biblioteca na minha terra e escrevi a um emigrante brasileiro muito rico. Respondeu-me: os camponeses só têm que saber cavar bem a terra. A repressão sobre os trabalhadores e os presos políticos era muito dura. Vale a pena visitar o museu do Aljube e a fortaleza de Peniche. Para o Tarrafa ia-se para morrer.

Que mais destacarias em todo o teu trabalho como historiador?



Foi em Peniche, na prisão, que comecei. Na medida do possível, porque a leitura e o trabalho intelectual eram muito penosos. Só podia entrar um livro de cada vez e, para entrar um novo livro, tinha que sair o anterior. Depois, por razões psicológicas – havia períodos em que não se conseguia trabalhar, não se conseguia fazer nada. E a revista às celas e a apreensão de papéis...

Durante os seis meses do julgamento no Porto li, li muito. Inicialmente literatura – em particular durante os seis meses do julgamento no Porto. Em Peniche a investigação em História constituiu a minha atividade principal. Também a filosofia.

Questionar é o que define o meu trabalho de historiador. A palavra encabeça os seis volumes de ensaios de história medieval e moderna que publiquei na Editorial Caminho.

Uma última questão: há razões para ter esperança?

A esperança é o sopro da vida. Quando olhamos para um mundo tão diferente daquele que foi imaginado por nós, é mais difícil o florescer da esperança. Mas se olharmos para o passado vemos que a vida e a história são assim mesmo, feitas de ondas que sobem a grande altura e depois vem a cava da onda. Nós estamos na cava da onda. Mas ela vai subir. De mil maneiras. Não exatamente como nós a imaginamos ou imaginávamos no passado.

O passado é passado. E não sabemos exatamente como vai ser o futuro. Mesmo quando temos uma nova ideia e sobe como uma estrela, ela não vai ser exatamente como nós a concebemos. São múltiplas e contraditórias as forças que estão no terreno. O resultado vai ficar marcado por todas elas. Este é o processo histórico. A ideia do século XIX de que o progresso se desenvolvia em linha reta e até já sabíamos as idades das novas sociedades... ■

Borges Coelho – para saber mais:

https://www.facebook.com/FascismoNuncaMais/?hc_ref=ARS6ewcKdmW2tT5ZKhjJqi5MbICKIztiDNr8KdFsRc5EjEdvA47i03eS_QDDGLKZJje&fref=nf
<https://www.wook.pt/autor/antonio-borges-coelho/2697>
<http://alumni.letras.ulisboa.pt/memorias-vivas/testemunhos/171-memorias-vivas/biografias/decada-60/611-antonio-borges-coelho>



Encontro internacional sobre o desgaste na profissão docente

Não é possível ter qualidade de ensino numa situação como esta

Ligia Calapez
Jornalista

O desgaste na profissão docente – ou *burnout*, o termo mais comumente utilizado ao longo dos trabalhos – foi o tema do Encontro Internacional promovido pela FENPROF, no passado dia 6 de julho, no Fórum Lisboa. Partindo da divulgação dos resultados de um abrangente estudo sobre esta questão fundamental, encomendado pela FENPROF à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, o tema foi debatido e abordado de diferentes ângulos, envolvendo investigadores de áreas diversas – da história à matemática, da psiquiatria à psicodinâmica do trabalho.

De que modo as transformações sociais, políticas e tecnológicas que hoje se vivem se refletem nas escolas? Em que medida afetam o trabalho e o quotidiano dos professores? Partindo destas perguntas, José Alberto, presidente do SPGL, elencou algumas das questões que hoje se colocam aos professores – do horário de trabalho à organização das escolas, aos problemas de indisciplina, às relações interpares e com as direções, a pouca democracia e pouco envolvimento, as carreiras profissionais.

Questões abordadas no estudo divulgado. De forma aprofundada. E com respostas que naturalmente não são lineares.

Não seria normal detestar a segunda-feira

A exaustão emocional, o sentimento de falta de realização profissional, a despersonalização (ou desumanização - ver

os outros seres humanos como coisas), são elementos constitutivos do conceito de *burnout*. O estudo – que é também sobre as condições de trabalho e vida, como sublinhou a sua coordenadora, a historiadora Raquel Varela, na sua apresentação – aborda estas diferentes vertentes, com base em dois milhões de dados (muitos ainda não tratados). Uma investigação que parte de 15.810 respostas de docentes validadas (e uma margem de erro de 0,5%).

No quadro esboçado em torno destes itens começa por se destacar o elevado número de professores com sinais de **exaustão** (mais de 75%) e mesmo sinais preocupantes (48%), com níveis catastróficos de adoecimento no trabalho. Os níveis de exaustão são particularmente elevados entre os professores com mais de 55 anos, que representam quase 40% dos docentes. Não foi entretanto encontrada qualquer correlação de género (a exaustão é semelhante entre homens e mulheres). Nem de precariedade laboral ou de distância entre o local em que



Foto: Vitor Miranda

os professores dão aulas e o local onde vivem permanentemente.

Relativamente à **realização profissional**, os dados do inquérito indiciam um problema social grave. Trabalhar “também pode ser um processo profundamente criador e benéfico”, lembrou Raquel Varela. Entretanto, há toda uma categoria profissional, fundamental para o desenvolvimento do país, “e que só quer... deixar de trabalhar”. Detestar a segunda-feira não seria normal. “Não devemos naturalizar isso”, sublinhou a coordenadora do estudo. 84% dos professores desejam a reforma antecipada. 42,5% não se sentem realizados profissionalmente.

Que leituras fazer destes dados? O que está em causa? Sem dúvida a própria forma de organização social. A falta de autonomia, de controlo – essencial – sobre os próprios processos de trabalho. O não se identificar com o trabalho. A falta de reconhecimento interpares.

A boa notícia é que, apesar da exaustão emocional, da irrealização profissional, não há **despersonalização** (uma prevalência baixa, de 7,6%). Os professores “continuam a ver os alunos como pessoas”. E, apesar das más condições, “mais de 90% dos professores gostam dos seus alunos” e do trabalho com eles. Face a este quadro, Raquel Varela considera que o Ministério da Educação vai ter que agir. “Não é possível ter qualidade de ensino numa situação como esta”.

O que está em causa

Como pano de fundo deste quadro preocupante – que Raquel Varela considera “um problema social, de organização e gestão de trabalho, de autonomia, de

condições de trabalho” - há fatores que surgem como determinantes.

Questões de carreira e salariais (o peso de não haver melhorias salariais pode refletir-se, por exemplo, num acesso dificultado a bens culturais – parte essencial da reprodução da força de trabalho). A falta de reconhecimento público do trabalho. A burocracia (e gestão hierarquizada).

Outro aspeto sublinhado – que o matemático Silveira Oliveira também destacou – é o grande envelhecimento da classe. Sendo que o índice de envelhecimento tem subido 30% ao ano.

Um outro ponto – que a coordenadora do estudo considera merecer um maior aprofundamento – é o da indisciplina. Um problema muito sentido pela maioria dos professores e que Raquel Varela aponta como uma questão delicada, sublinhando que entre a herança de mais de 40 anos de ditadura e o outro extremo, que pode chegar ao assédio moral, há um vasto leque de possíveis respostas pedagógicas. Que certamente não passam pela “frase sem sentido: *a casa educa, a escola ensina*. Educamos todos nós”.

Retomando a questão central do trabalho, o psiquiatra António Coimbra de Matos sublinhou que “qualquer trabalho só é verdadeiro se for uma brincadeira, se divertir”. Quem corre por gosto não cansa. Mas, advertiu, “não cansar não quer dizer que não possa ser excessivo”.

Partindo desta base, como reagir de forma saudável a condicionantes que potenciam situações de *stress*, de *burnout*, de depressão? “Empoderando-se, assumindo direitos e deveres.”

Se “a ordem das coisas não é boa”, diz

Coimbra Matos, a resposta é contestar, “lutar para que as coisas sejam de outra maneira”. Não se trata apenas de indignação e revolta. Mas de apresentar soluções. De implicamento e empenhamento na transformação. De transformação “à nossa volta e em nós próprios”. A esta sociedade de concorrência contrapor a colaboração, a cooperação.

Da importância do trabalho

Ampliar o campo de reflexão, lutar pelo sentido do trabalho, pensar o futuro da escola pública, retomar o debate sobre formação de professores, foram objetivos destacados por Roberto Leher, Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, no final de uma intervenção em que traçou o panorama da difícil realidade que hoje se vive no Brasil.

O sentido e conteúdos do trabalho foram aprofundados por Duarte Rolo, docente e investigador social da Université Paris Descartes, numa perspetiva diferente – a psicodinâmica do trabalho. Que, no fundamental, parte de três premissas: o desejo de autorrealização, a existência de um hiato entre o que é prescrito e o trabalho real, o desejo de reconhecimento do outro.

Nesta perspetiva o investigador valorizou particularmente a importância da criatividade e da autonomia. “Nunca fazemos o que nos dizem para fazer. A essência do trabalho é mais do que o planificado. [...] Há sempre perturbações. [...] Não há soluções antecipadas. [...] Há sempre uma parte inventada”. Daí a importância da componente criativa (“em qualquer tipo de trabalho”). A importância da autonomia. Porque – em síntese – “trabalhar não é executar ordens. Ou não haveria nada a funcionar”.

Ligando o *burnout* não apenas a uma carga excessiva do trabalho mas também a fatores psicológicos, em que se destaca a importância de um trabalho de qualidade, com sentido, um trabalho reconhecido e em cooperação, Duarte Rolo frisou que o sofrimento no trabalho “não deve ser relegado à margem das preocupações políticas do movimento social”. Pois, “não se trata apenas de uma questão psicológica”. Trata-se “de uma das excreções mais gritantes da questão social do nosso tempo”. ■

Organização do Ano Letivo (OAL)

A não clarificação entre atividades letivas e não letivas de estabelecimento manterá pressão nos horários dos docentes



Fotos: Freepick.com

Anabela Delgado
Dirigente do SPGL

No final do processo de negociação suplementar sobre o despacho relativo à organização do ano letivo o Ministério da Educação emitiu um comunicado que levaria a concluir que o diploma legal, que entretanto foi publicado, teria resolvido uma grande parte dos problemas dos horários dos professores e das escolas e agrupamentos.

Contudo, numa breve análise do texto legal a conclusão é bem diversa. Tudo fica mais ou menos na mesma. Para além da transposição para o despacho de orientações que andavam dispersas em notas informativas e/ou circulares, como é o caso da questão dos intervalos no 1º ciclo e o recuo na posição inicialmente apresentada quanto às horas para a direção de turma e respetiva distribuição, pouco ou nada mudou.

O Ministério da Educação informou, no âmbito do processo negocial, que paralelamente à publicação do despa-

cho produziria umas FAQs – que clarificariam o espírito do despacho nas matérias mais “obscuras”, nomeadamente questões relacionadas com a delimitação do que são atividades letivas e atividades não letivas. Isto significa que se mantém a postura, há muito assumida pelos vários responsáveis da educação, de “usar” a confusão existente entre estes conceitos, para que através dos horários, os professores continuem a colmatar a exiguidade de horas de crédito que são atribuídas às escolas e agrupamentos. Isto é, continua a não existir solução para diminuir uma das causas da exaustão do corpo docente evidenciada uma vez mais por estudos recentes – os horários de trabalho.

Uma última nota para o que continuará a verificar-se com o “banco de horas” que está implícito na norma do despacho que se refere aos minutos remanescentes através dos quais, em determinados momentos do ano, os horários são alterados / aumentados, sendo os professores obrigados a executar mais atividades letivas! Esta “inovação” foi

introduzida pelo ministro Crato quando decidiu que as 22 horas letivas que têm constado nas sucessivas versões do ECD, passariam a ser medidas em minutos, isto é, em 1100 minutos. A partir daí, nas escolas que optaram por uma organização curricular em blocos de 90 minutos, os professores passaram a ter nos horários para além dos 24 tempos de 45 minutos (22 tempos nas escolas que optaram por 50 minutos), ainda os tais minutos chamados de remanescentes (10 minutos por semana) que, todos somados dão lugar, de vez em quando, um acréscimo de horário letivo. Dada a criatividade que graça pelas escolas, quando não existem atividades letivas para esse efeito, as direções determinam a execução de atividades não letivas mesmo que mascaradas de letivas. O importante é que os professores não fiquem a “dever” qualquer minuto ao sistema!... Enquanto continuarmos por este caminho, medindo o trabalho dos professores ao minuto, dificilmente teremos professores motivados para novos desafios. ■

Inovação e precariedade, a quadratura do círculo

André Carmo

Co-coordenador do DESI/SPGL

A precariedade é o maior obstáculo à construção de um ensino superior e de uma ciência que efetivamente sejam capazes de responder aos desafios da inovação científica e da inovação social. Com efeito, não nos parece possível discutir a problemática da inovação, qualquer que seja o ângulo de abordagem adotado, sem levar em linha de conta as condições de trabalho de docentes, investigadores, bolsiros, em suma, de todos aqueles que, com o seu trabalho quotidiano, ajudam a edificar e a dinamizar o sistema científico e tecnológico nacional. Por outro lado, este debate tem necessariamente de considerar as estratégias e políticas definidas pelo governo, designadamente no tocante ao modo como estas são efetivamente implementadas.

A este respeito, a Federação Mundial dos Trabalhadores Científicos, organização em que é filiada a FENPROF, avançou com uma iniciativa importante – Dia Mundial contra a Precariedade – que, em 2018, terá lugar no dia 10 de outubro. No apelo à participação⁽¹⁾, são identificadas três consequências da precariedade para a ciência e a investigação:

i) As condições de vida e trabalho tornam-se mais difíceis, com todas as implicações que daí decorrem para a qualidade de vida e o bem-estar de quem desenvolve o seu trabalho em condições de precariedade;

ii) A duração limitada dos contratos de trabalho generaliza-se e obriga os investigadores (bolsiros ou contratados) e muitos docentes a continuamente terem de “vaguear” em busca de um espaço digno para a sua realização socioprofissional;

iii) Para muitos cientistas, docentes e investigadores, o futuro profissional é incerto. Por conseguinte, devido à perpetuação da precariedade, muitos deles,

frustrados e descontentes, acabam por abandonar o sistema científico e tecnológico. Pode mesmo dizer-se, com propriedade, que a impossibilidade de viver continuamente em circunstâncias de grande incerteza e sem um horizonte de futuro que não seja apenas a eterna repetição do presente, “empurra” os trabalhadores para fora do sistema.

Paralelamente, a qualidade da investigação e da ciência são afetadas porque:

i) Os resultados imediatos são prioritários e projetos de longa duração são descartados, afirmando-se a *Fast Science* e assistindo-se a uma aceleração da vida académica e científica que, não raras vezes, se revela contraproducente, por promover práticas menos rigorosas e fundamentadas;

ii) Alguns temas importantes são abandonados, sobretudo ao nível da investigação fundamental, ganhando força uma visão utilitarista e instrumental da ciência e do saber;

iii) Perde-se a capacidade de “fazer escola”, devido ao desperdício da experiência acumulada inerente à necessidade de constantemente adotar novas linhas de investigação, acompanhando as tendências que a cada momento vão aflorando;

iv) Competitividade e capacidade de gerar riqueza tornam-se o alfa e o ómega da ciência e da investigação, com o recurso acrítico aos *rankings* de desempenho a ser cada vez mais usual, raramente sendo questionados os seus pressupostos;

v) A gestão privada generaliza-se e reduz a liberdade académica, encontrando-se comprometida a democracia nas instituições de ensino superior porque, por um lado, como é sabido, trabalhadores precários envolvem-se menos na vida das organizações, por outro, nas fundações de direito privado, as possibilidades de condicionamento da liberdade académica são maiores do que nas instituições de ensino superior público.

No cômputo geral, este é o cenário hoje existente. Não apenas em Portugal, mas um pouco por todo o mundo, embora,

como é evidente, as semelhanças sejam maiores entre Portugal e outros países europeus. Em França, no Reino Unido e em Espanha, por exemplo, a existência de condições semelhantes tem levado a contestação e os protestos no ensino superior e na ciência a subir de tom, tendo-se já verificado algumas greves.

Em Portugal, a situação no ensino superior e na ciência, contrariamente às expectativas que foram criadas pela atual solução governativa, e apesar das diferenças relativamente ao anterior governo, deixa muito a desejar. Usando dois processos em curso há vários meses como exemplo, tanto no que diz respeito ao emprego científico, com os atrasos verificados na aplicação da norma transitória, como no que toca ao PREVPAP, designadamente aos números residuais de docentes e investigadores (contratados e bolsiros) que têm sido indicados para regularização, o papel desempenhado pelo MCTES, mas também pelas instituições de ensino superior, no combate à precariedade, tem ficado muito aquém daquilo que o sistema científico e tecnológico nacional precisa e do que os seus trabalhadores, sobretudo docentes e investigadores, exigem.

Lado a lado com todos os trabalhadores, o SPGL/FENPROF continuará a lutar contra a precariedade no ensino superior e na ciência, defendendo a sua estabilidade laboral, a valorização do seu trabalho e a melhoria das suas condições de vida. ■

Este texto foi elaborado no âmbito da conferência “Ensino Superior e Ciência: Responder aos Novos Desafios da Inovação Científica e da Inovação Social”, organizada pela Comissão de Educação e Ciência, no dia 20 de junho de 2018, que teve lugar no dia 20 de junho de 2018, no Auditório António de Almeida Santos, no Novo Edifício da Assembleia da República.

⁽¹⁾<http://fmts-wfsw.org/blog/2018/03/20/precariousness-in-scientific-research-an-obstacle-to-scientific-and-human-progress-2/>

Assembleia geral de sócios apoia greve às avaliações

A assembleia geral de sócios do SPGL reuniu no dia 11 de junho, tendo como ordem de trabalhos a decisão de adesão à greve às reuniões de avaliação a partir do dia 18 de junho, entretanto já convocada pela Plataforma de Sindicatos. Deste modo deu-se cumprimento ao previsto nos Estatutos do SPGL. Lamentavelmente pouco concorrida (cerca de 80 presenças), à Assembleia foram presentes duas moções, uma apresentada pela direção e outra tendo como subscritores os sócios Carlos Vasconcelos e António Melo. Ambas defendiam a adesão à greve, divergindo nos outros pontos. A adesão à greve foi votada separadamente e mereceu a aprovação unânime dos presentes. A proposta de moção apresentada pela direção foi aprovada por unanimidade,

tendo a outra sido rejeitada por clara maioria.

O que a AGS aprovou:

1 – Aderir à greve convocada pelas Organizações Sindicais de Professores a partir do dia 18 de junho, pela contagem integral do tempo de serviço, por um regime específico de aposentação, por horários de trabalho justos e pela vinculação dos professores contratados.

2 – Iniciar o próximo ano letivo com uma ampla consulta aos professores sobre a continuação da luta, propondo-lhes, entre outras ações, a realização de uma greve enquadrada na semana que termina com as comemorações do Dia Internacional do Professor.

3 - Apoiar as diligências em curso para ações conjuntas com os setores a quem o governo pretende roubar tempo de

serviço para a progressão nas suas carreiras, por considerar que o princípio da recuperação integral do tempo de serviço prestado é norma a aplicar a todos os trabalhadores da administração pública

4 - Apoiar a estratégia enunciada no Conselho Nacional da FENPROF de desenvolver todos os esforços e contactos com vista ao retomar das negociações sobre a recuperação integral do tempo de serviço, tendo como objetivo obter uma solução que defenda os direitos dos docentes

A moção aprovada pode ser integralmente lida na página do SPGL. (https://www.spgl.pt/Media/Default/Info/28000/800/90/4/105-Mocao_AGS_11_6_2018_.pdf). ■

Regulamento Geral da Proteção de Dados

Caro(a) associado(a),

Como é do conhecimento público, entrou em vigor no dia 25 de Maio p.p. o Regulamento Geral da Proteção de Dados (RGPD), normativo comunitário que obriga a um conjunto de procedimentos no tratamento e proteção de dados pessoais e profissionais detidos por terceiros, neste caso o SPGL.

Os dados fornecidos pelos sócios ao SPGL tem como única finalidade a prossecução legítima das obrigações estatutárias e legais decorrentes da filiação e é para este efeito que o sócio autoriza o SPGL a proceder ao seu tratamento, o que é feito no cumprimento escrupuloso das normas legais em vigor e das boas práticas definidas em matéria de privacidade e segurança.


Com vista à observância do novo quadro normativo que nos é aplicável sobre a matéria, vimos informar que:

- Os dados pessoais e profissionais recolhidos no ato da filiação sindical são os estritamente necessários para o cumprimento das finalidades definidas pelos Estatutos do SPGL;
- Os dados dos sócios do SPGL estão integrados numa base de dados informática específica e arquivados, em segurança, em suporte de papel;
- O tratamento dos dados é feito no estrito cumprimento da legislação de proteção de dados pessoais, não sendo, em nenhuma circunstância, utilizados para outras finalidades para além daquelas que decorrem da ação sindical.

Informamos ainda que os sócios do SPGL têm o direito de:

- A todo o momento, aceder, retificar, apagar e limitar o tratamento dos seus dados (nas condições legais e estatutárias);
- Conhecer a existência de violação no acesso aos dados pessoais (artigo 34º do RGPD);
- Solicitar a eliminação dos seus dados pessoais, em caso de perda da qualidade de sócio (artigo 12º dos Estatutos do SPGL);
- Reclamar junto da autoridade de controlo (Comissão Nacional de Proteção de Dados).

Queremos sublinhar que procederemos a todas as diligências necessárias, com o propósito de garantir que continuaremos a agir no respeito pelas normas em vigor.



O direito de todos à saúde está no fio da navalha Uma ADSE forte contribui para um SNS sustentável

António Nabarrete, Tesoureiro do SPGL,
membro da CN da Fenprof e do CGS da ADSE

Vivemos um tempo de incertezas, de contradições profundas e de muitas angústias. Sentimos que tudo está em perigo. Sabemos que os nossos direitos, arduamente conquistados, podem ser postos em causa de um momento para o outro ao sabor de uma taxa aduaneira, de uma subida das taxas de juro nos mercados internacionais ou de um jogo de guerra no médio oriente.

A grande contradição deste tempo não está no facto de não haver avanços em termos sociais (a igualdade de género, de orientação sexual e os direitos das minorias têm feito um caminho muito importante em muitos países do mundo incluindo Portugal) mas sim na rapidez com que tudo isso e muito mais pode ser revertido. Nacionalismos dos mais serôdios, desrespeito pelos direitos humanos, apelos ao ódio ou mesmo desprezo absoluto pelas leis da guerra convivem no mesmo espaço geográfico, às vezes no mesmo país, com esse outro lado mais positivo. Dir-se-á: foi sempre assim. Sempre houve avanços e recuos. É verdade! Há, porém, entre outros, três factores que fazem toda a diferença: em primeiro lugar, tudo acontece com uma velocidade astronómica, fora dos limites de encaixe da capacidade humana em termos individuais; em segundo, somos bombardeados por toneladas de informação sem possibilidade de aferir se é falsa, distorcida ou tendenciosa; em terceiro, desgastamo-nos com “parceiros” e “amigos” do mundo digital em vez de interagirmos mais uns com os outros, na construção de soluções progressistas mas palpáveis, dando assim espaço aos *gangsters* do mercado digital para usarem milhares de milhões dos nossos pensamentos mais simples tendo em vista venderem-nos o que lhes interessa. Sejam produtos, ideias ou governos!

Relativamente ao que está aqui em debate – o futuro da ADSE – há, entre outras menos decisivas, três ideias muito difundidas pelos mais diversos meios de comunicação (no espírito do tempo, contraditórias entre si, o que adensa o problema), que o podem en-sombrar de forma muito significativa se não forem combatidas: a ADSE é uma espécie de seguro de saúde, ficou mais cara, cada vez se justifica menos; a ADSE, tendo passado a ser financiada exclusivamente pelos seus beneficiários, deve ser alargada a quem a ela quiser aderir; a ADSE dá força ao sector privado da saúde e contribui para o enfraquecimento do SNS.

Foto: Freepik.com



ADSE: uma singularidade que projecta a vertente solidária

A ADSE não é um seguro de saúde! Surgiu em 1963, em plena Guerra Colonial, como um complemento salarial dos funcionários públicos. Até ao governo de Passos Coelho/Troika, apesar de muitas alterações, nomeadamente a instituição de uma contribuição financeira por parte dos beneficiários (que em 2014 atingiu os 3,5% dos salários e pensões), a ADSE manteve-se como uma responsabilidade social do Estado perante os seus trabalhadores com a necessária assumpção por parte daquele das suas responsabilidades financeiras. No dealbar de uma nova governação pós-troika, uma parte importante do Partido Socialista, assessorada pelo Bloco de Esquerda e por alguns movimentos inorgânicos pretensamente preocupados com o SNS (com o PCP em absoluto silêncio programático) achou por bem vender a ideia de que o futuro da ADSE estava na sua mutualização. De uma penada desresponsabilizava o Estado, de longe o maior empregador do país, de qualquer compromisso social com os seus trabalhadores, ao mesmo tempo que lançava o alarme entre os seus beneficiários levando a sucessivos abandonos. Tentando dar um ar científico a este posicionamento político irresponsável, o actual governo nomeou uma Comissão de Reforma do Modelo da ADSE para, em tempo relâmpago, obter o seu aval no sentido da mutualização desta. O resultado, apesar das condições em que o trabalho foi feito, apontou para o facto de a ADSE ser muito mais

importante, e complexa, no xadrez da oferta dos serviços de saúde do país do que aquilo que as premissas da sua encomenda pretendiam fazer crer. No entanto, como encomenda que era, lá continha nas conclusões uma envergonhada sugestão de avançar no sentido da mutualização.

Dois factores levaram ao arrepio do caminho traçado para a ADSE por parte do actual governo do Partido Socialista. O primeiro, e mais importante, foi a reacção dos trabalhadores do Estado, através das suas organizações sindicais, no sentido da sua intransigente defesa. O segundo, mais frio e calculista, foi a percepção que o governo teve de que a ADSE na órbita do Estado desempenha um papel muito importante no apoio à contenção do défice público, como reconheceu o próprio Tribunal de Contas num Relatório de Auditoria de 2016.

Chegou-se assim ao Instituto Público de Gestão Participada (ADSE) no final do 1º trimestre de 2017. Mas, independentemente da sua forma jurídica actual, e de ser agora exclusivamente financiada pelos seus beneficiários, a ADSE mantém, no essencial, a sua matriz fundadora: baseia-se na solidariedade intergeracional e interprofissional. O que a afasta, de forma abissal, de qualquer seguro de saúde. Por isso, entre outras coisas igualmente importantes, devemos exigir um maior envolvimento do Estado, mesmo do ponto de vista financeiro, na ADSE. Devemos exigir transparência na gestão e luta contra a sobrefaturação. Devemos exigir o combate à fraude e a modernização dos sistemas de controlo. Só assim, em conjunto com um alargamento do universo de beneficiários que respeite a sua matriz essencial, será possível termos uma ADSE sustentável que permita encarar uma eventual descida da quotização actual de 3,5%. A ADSE é uma conquista dos trabalhadores do Estado e justifica-se plenamente. Convém não esquecer, para além de muitos outros factores extremamente importantes, que qualquer beneficiário da ADSE com 60 ou mais anos de idade (ou

menos se tiver tido, ou tenha, doenças graves) dificilmente conseguirá encontrar um seguro de saúde disponível, mesmo com condições de pagamento muito agressivas.

ADSE: a vertigem da universalização

A direita, salvo honrosas excepções, sempre conviveu mal com um SNS universal e tendencialmente gratuito como prevê o Artº 64º da Constituição da República Portuguesa. O CDS, nomeadamente, viu no debate recente sobre a ADSE a possibilidade de ter “sol na [sua] eira e chuva no [seu] nabal”. Ao lançar o repto para a universalização do acesso à ADSE o CDS sabia que, se tal fosse a opção, pelo menos duas coisas aconteceriam: o SNS minguaria, perderia capacidade e eficácia, transformando-se a médio prazo num serviço “caritativo” para os mais desfavorecidos; a ADSE engrossaria, essencialmente com todos aqueles aos quais os seguros de saúde colocam entraves à entrada, por serem mais idosos ou portadores de doenças graves, levando não só à sua insustentabilidade a prazo (mais curto do que longo) como à degradação dos serviços que actualmente presta. De caminho, tirava de vez o Estado da equação e alimentava os seguros privados com o extracto mais endinheirado dos que hoje utilizam o SNS.

ADSE versus Serviço Nacional de Saúde

Todos os beneficiários da ADSE são igualmente utentes do SNS. A existência da ADSE (sistema complementar de saúde dos trabalhadores, familiares em condições bem definidas e aposentados do Estado) não o põe em causa. Muito pelo contrário. Como já foi dito, um eventual enfraquecimento ou desvirtuamento do modelo de funcionamento da ADSE teria, isso sim, um impacto muito negativo sobre o SNS, nomeadamente em termos da sua capacidade de resposta. Por isso, o problema não está no facto

de a ADSE disponibilizar serviços de saúde privados aos seus beneficiários. Não pode, aliás, ser de outra forma, já que não dispõe de serviços próprios e está impedida constitucional e legalmente de recorrer ao SNS. O problema reside no facto de cerca de metade do orçamento anual do Ministério da Saúde, mais de quatro mil milhões de euros, ir directamente para os cofres dos serviços privados de saúde, enquanto o investimento no SNS em meios humanos e materiais estiola há quase uma década.

O Instituto Público de Gestão Participada e as suas tutelas

O actual modelo de organização da ADSE como instituto público de gestão participada, com duas tutelas (Ministério da Saúde e Ministério das Finanças), tendo sido uma solução de compromisso entre o desvario da mutualização e a assumpção plena de que o sistema complementar de saúde é uma obrigação do Estado perante os seus trabalhadores, não está isento de contradições várias, falhas de coordenação, desresponsabilização relativamente aos devedores institucionais da ADSE e aproveitamento para efeitos do controlo do défice público. No plano do Orçamento de Estado para 2018, a ADSE foi dos serviços que tiveram uma cativação a 100% em termos de aquisição de bens e serviços. Esta decisão do governo criou graves dificuldades de funcionamento ao Instituto Público levando a sucessivos pedidos de autorização específica às Finanças para pagamento das coisas mais básicas como a electricidade e a água, entre muitas outras. A situação tornou-se ainda mais grave com a saída do Decreto-Lei de Execução Orçamental para 2018, publicado no início de Maio passado, que juntou às cativações de 100% na aquisição de bens e serviços, cativações a 100% nos gastos com pessoal, forçando assim os escassos serviços da ADSE a desdobrarem-se em múltiplos pedidos de autorização em duas rubricas orçamentais correntes.

Já no que respeita à nomeação do representante dos beneficiários no Conselho Directivo da ADSE (no caso vertente o nosso camarada Eugénio Rosa, eleito pelo conjunto dos nove representantes dos beneficiários no CGS) foram precisos mais de quatro meses para que tal acontecesse. Isto, com o Conselho Directivo reduzido a um elemento, dos três previstos, devido à demissão do seu presidente que, apesar de várias promessas das tutelas, ainda não foi substituído.

O Conselho Geral de Supervisão

O Conselho Geral de Supervisão é um órgão muito importante no funcionamento do novo modelo da ADSE mas não tem funções executivas. Essas cabem a um Conselho Directivo constituído por três elementos, um presidente e dois vogais, como acima ficou registado. A intervenção fundamental do CGS assenta na emissão de pareceres, que têm de ser levados em conta pelo Conselho Directivo nas suas decisões mas não são vinculativos. Desde que entrou em funções em finais de Outubro de 2017, o CGS já aprovou 10 pareceres (nove por unanimidade e um por maioria). Todos os pareceres tiveram repercussões palpáveis nas decisões do Conselho Directivo embora nalguns casos haja desvios ou demoras significativas na sua passagem à prática. Regra geral, os desvios devem-se a decisões que têm de ser negociadas pelo Conselho Directivo com os prestadores de serviços de saúde e as demoras são normalmente da responsabilidade das tutelas. Foram as seguintes as matérias objecto de parecer do CGS: Orçamento da ADSE para 2018, Relatório de Actividades de 2017, Contas da ADSE de 2017, Articulação entre a ADSE e as Regiões Autónomas, Tabelas do Regime Convencionado e do Regime Livre para 2018, Regime de Benefícios (dois pareceres), Plano Estratégico 2018-2020, Juntas Médicas e o Alargamento da ADSE aos CIT's. Os dois pareceres sobre o Regime de Benefícios e o parecer sobre o Alargamento da ADSE aos

CIT's (o único que não foi aprovado por unanimidade) estão umbilicalmente ligados. Mostram a percepção que o CGS foi ganhando de que os alargamentos não melhoram necessariamente a sustentabilidade da ADSE.

Relativamente a esta importantíssima questão da sustentabilidade, o CGS chegou à conclusão de que os diversos estudos de que a ADSE dispõe sobre o tema envolvem cálculos não fundamentados de acordo com as boas regras actuariais. Por esse motivo não dão garantias de fiabilidade, apesar dos custos financeiros que envolveram. Tendo em vista ultrapassar esta questão, o próprio CGS criou no seu seio uma Equipa de Trabalho para a Sustentabilidade, que deverá entregar ao plenário do órgão, até ao início do Outono próximo, um relatório que cumpra todos os requisitos científicos e actuariais. Desse grupo de trabalho fazem parte dois elementos do CGS indicados pelo Ministério das Finanças, um indicado pelo Ministério da Saúde e dois da área da Frente Comum (Eugénio Rosa e António Nabarrete). Será com base nesse relatório que serão construídos os eventuais futuros cenários de alargamento da ADSE a novos beneficiários. Não contando com os trabalhadores do Estado com Contrato Individual de Trabalho, ou de empresas na sua órbita, cuja entrada no sistema já teve parecer positivo do CGS.

O fogo cruzado da grande hospitalização privada

A sustentabilidade da ADSE pode ser obtida pela conjugação de vários factores. Um dos mais importantes, dadas as suas características de solidariedade interprofissional e intergeracional, assenta numa boa distribuição etária, com entradas regulares de beneficiários jovens, assim como a garantia de que os trabalhadores do Estado com rendimentos mais elevados se mantêm no sistema. Outro dos factores tem a ver com a forma como é distribuído o esforço financeiro (quotização) *per capita*. Desde 2013, que esse esforço recai por inteiro nos beneficiários cuja

contribuição já se cifra nos 3,5% dos rendimentos do trabalho e das pensões sobre 14 meses em cada ano. Para além de injusto, para um sistema complementar de saúde com esta configuração, este enviesamento absoluto da contribuição cria ele próprio problemas de sustentabilidade a curto/médio prazo. Basta ver que um sub-sistema de saúde com algumas similitudes com a ADSE como o SAMS (embora de dimensão muito mais reduzida) tem uma distribuição da contribuição média mensal *per capita* entre as entidades patronais e os beneficiários de 5,5% para as primeiras e de 1,5% para os segundos (totalizando os 7% *per capita* contra os 3,5% da ADSE). Mas, para além da receita, a sustentabilidade do sistema também é garantida por uma despesa criteriosa. E aqui há vários factores que têm de ser tidos em conta. A fraude pura e simples (de prestadores, de beneficiários ou de uma conjugação de ambos), a falta de transparência e o descontrolo da despesa, o abuso dos meios auxiliares de diagnóstico e a sobrefaturação. Relativamente à fraude e ao descontrolo estão a ser dados passos muito importantes pela ADSE (também por

força da pressão do CGS sobre o Conselho Directivo da ADSE), nomeadamente através da desmaterialização das faturas/recibos/prescrições, o que vai permitir um controlo muito mais rápido e eficaz da despesa. Para se ter uma noção da dimensão desta questão basta ver que dos 197 actuais trabalhadores da ADSE, 107 estão ligados ao controlo manual das facturas/recibos/prescrições!

Contudo, o problema mais grave prende-se com o abuso dos meios auxiliares de diagnóstico e a sobrefaturação. É enorme a lista de casos reportados de beneficiários que vão a uma consulta de rotina, na qual a *anamnese* é totalmente substituída por uma infundável sucessão de exames médicos, muitas vezes prejudiciais à saúde e com custo elevado para a ADSE e para os próprios. Mas é na sobrefaturação, principalmente em actos médicos mais complexos, como exames invasivos ou cirurgias, que a ADSE é atingida de forma muito violenta em termos financeiros. Foi por isso que o CGS aprovou um parecer relativamente às tabelas do Regime Convencionado e do Regime Livre, cuja aplicação pelo Conselho Directivo na negociação



Foto: Freepik.com

com os prestadores privados levou a uma campanha miserável contra a ADSE por parte dos maiores de entre eles (a APHP) a que se juntou, totalmente a despropósito, o próprio bastonário da Ordem dos Médicos. Estavam em jogo sobrefaturações de cerca de 47 milhões de euros/ano. No auge da negociação, independentemente do modo e da veracidade ou da distorção dos factos trazidos à luz do dia pela comunicação social, o Presidente do Conselho Directivo da ADSE pediu a sua demissão. Numa altura em que faltava fechar os preços de cerca de 370 procedimentos cirúrgicos e que o que estava negociado correspondia a menos de metade dos 47 milhões de euros inicialmente identificados. O governo foi forçado a intervir através do Decreto-Lei de Execução Orçamental para 2018, publicado no início do passado mês de Maio, obrigando os prestadores a fechar os preços dos procedimentos cirúrgicos logo que atinjam 10% acima da média (incluindo o público e o privado) e

os medicamentos 40%. Para evitar a passagem do Regime Convencionado para o Regime Livre as tabelas deste último também foram alteradas. Esta verdadeira guerra está longe do fim e talvez por isso seja tão difícil às tutelas substituir o presidente demissionário do Conselho Executivo da ADSE.

A ADSE é um direito nosso e é nossa obrigação defendê-la

A ADSE fez 55 anos no passado dia 27 de Abril. A data foi celebrada com o lançamento da Rede de Parceiros, que conta com vários novos prestadores no centro e norte do país desde 1 de Maio, e abriu no Porto, no dia 2 de Maio, uma Loja de Atendimento aos beneficiários. É uma gota no oceano do que todos temos de fazer para defender a ADSE. Como beneficiários podemos e devemos controlar as faturas no acto da assinatura, olhando não só para os copagamentos mas também

para o que vai cair na esfera financeira da ADSE (afinal de contas somos os seus únicos contribuintes de momento). Como cidadãos conscientes devemos evitar a vertigem dos sucessivos exames médicos desnecessários que, ainda por cima, na maior parte dos casos, são prejudiciais à nossa saúde. Por outro lado, devemos comunicar sempre à ADSE as anomalias e os desrespeitos pelos nossos direitos seja ao nível dos prestadores, dos médicos ou de outros profissionais de saúde. Só assim a ADSE poderá actuar contra esses comportamentos abusivos. **A questão principal, porém, como quase sempre, é de ordem política. A ADSE tem de estar na primeira linha das nossas reivindicações. Ponderadas, estudadas mas sem hesitações. A nossa saúde depende disso e a sustentabilidade da ADSE e do SNS também.** ■

Nota: o autor não dá uso ao chamado Novo Acordo Ortográfico.

PUBLICIDADE



SEGURO DE SAÚDE DO SPGL

Provavelmente o melhor Seguro de Saúde para quem tem ADSE e também para quem não tem!



CAMPANHA ESPECIAL DE ADESÃO



PRINCIPAIS COBERTURAS

- ASSISTÊNCIA MÉDICA HOSPITALAR
- PARTO EM REGIME DE HOSPITALIZAÇÃO
 - CESARIANA
 - PARTO NORMAL
 - INTERRUÇÃO INVOLUNTÁRIA DA GRAVIDEZ
- SUBSÍDIO DIÁRIO DE HOSPITALIZAÇÃO
- REDE DE BEM-ESTAR
- ASSISTÊNCIA ÀS PESSOAS
 - ASSISTÊNCIA MÉDICA EM PORTUGAL
 - ASSISTÊNCIA EM VIAGEM (ESTRANGEIRO)
 - ASSISTÊNCIA NO LAR
 - ASSISTÊNCIA A ANIMAIS DOMÉSTICOS
- ASSISTÊNCIA MÉDICA AMBULATORIA
 - CONSULTAS
 - URGÊNCIAS
 - ELEMENTOS AUXILIARES DIAGNÓSTICO
 - ANÁLISES
 - FISIOTERAPIA
 - OUTRAS DESPESAS
- ESTOMATOLOGIA
- PRÓTESES E ORTÓTESES
 - AROS
 - LENTES
 - LENTES DE CONTACTO
- MEDICAMENTOS

Principais vantagens introduzidas nas Condições e Planos de Garantias do Seguro de Saúde do SPGL para a anuidade 2018/2019.



SEM LIMITE DE PERMANÊNCIA



OPORTUNIDADE DE SEGURO DE ACIDENTES PESSOAIS A TODOS OS SÓCIOS



AUMENTO DO CAPITAL ANUAL DA COBERTURA DE HOSPITALIZAÇÃO



OS FILHOS ADULTOS PODEM PERMANECER NO SEGURO



REEMBOLSO DAS DESPESAS EM 72 HORAS



ACESSO À REDE DE PRESTADORES DA ADVANCECARE

Além da oferta do **Seguro de Acidentes Pessoais**, até 31 de julho de 2018, todas as novas adesões ao **Seguro de Saúde do SPGL** beneficiarão da **isenção de períodos de carência** (exceção apenas para a cobertura de Parto). Serão igualmente aceites a título excepcional, no mesmo período, adesões de Pessoas com idades compreendidas entre os 60 e os 65 anos (a partir desta data o limite de adesão é fixado nos 60 anos).

www.sabseg.com/spgl

☎ 800 202 675

(dias úteis das 10h00 às 13h00 e das 14h00 às 18h00)



“O que é ser cigano”

O Grupo Escola Intercultural, promovido pelo SPGL, organizou no passado dia 8 de junho uma sessão sobre crianças ciganas inseridas no sistema educativo português, com Luísa Lobão Moniz.

Sofia Vilarigues
Jornalista

Luísa Lobão Moniz tem um vasto currículo. Curso do Magistério Primário, licenciatura em Educação na área de Animação Sociocultural, mestrado em Relações Interculturais, doutoramento no ramo de Educação, na especialidade Educação/ Interculturalidade. Foi diretora e coordenadora de uma escola do 1º ciclo. Trabalhou os Direitos da Criança na Comissão de Proteção de Menores da Zona Oriental de Lisboa. Foi responsável pelo projeto Entreculturas e Coordenadora do projeto TEIP no Agrupamento de Escolas Damião de Góis. Membro do Conselho Pedagógico do Centro de Formação António Sérgio. Responsável pela elaboração, candidatura e concretização do projeto do Programa Escolhas para o Bairro do Armador em Chelas, Lisboa. Destacada no IAC/ SOS Criança, responsável pelo projeto “Bom dia, SOS Criança”.

Foi ainda coordenadora do projeto “*Ir à Escola*”, para alunos de etnia cigana. “Os meninos ciganos são vítimas de uma representação que as pessoas têm”, afirmou a oradora a iniciar a sua apresentação.

Depois da passagem de um curto vídeo pondo em causa comportamentos e preconceitos, Luísa Lobão Moniz falou sobre representações.

“As representações sobre as pessoas começaram a ser estudadas porque as maiorias tinham uma maneira de se comportarem com as minorias”, esclareceu.

1895 é a data em que se começou a pensar em representações e, em 1898, “Durkheim começou a falar de representações sociais”.

“São os conceitos que temos de organizações e pessoas que fazem o nosso comportamento perante elas”, elucidou Luísa Lobão Moniz, avançando que a representação contempla três aspetos ou conteúdos: a informação, a atitude e o campo de representação.

“As Representações Sociais não são imutáveis”, considerou, dando como

exemplo que “a escola transmissiva foi dando lugar à escola construtiva e pode-se, então, intuir que as representações de escola também foram mudando nos seus atores, nomeadamente nos alunos”.

Há também qual a representação que tenho de mim, afirmou. “Como sou perante estes preconceitos, eu aceito o que os outros dizem ou tento desmontá-los”. “O preconceito surge pela diferença”, mas “se todos formos eu e um bocadinho do outro é muito mais fácil vivermos como nós e não como eu e o outro”, avaliou.

“A partir do momento em que está feita uma representação, vamos criar situações que digam que a representação está certa”, concluiu.

Luísa Lobão Moniz deu também a conhecer os símbolos ciganos. Como o pentagrama que simboliza o Homem Integral, ou a roda ou a chave que simboliza as soluções, ou a ferradura que simboliza energia e sorte.

A finalizar a oradora apresentou um trabalho, um grande livro, feito nos anos 90, com um mediador cigano for-

mado pela antiga Direcção do Ensino Básico do Ministério da Educação, que teve formação para ir para as escolas trabalhar com as famílias ciganas e com as famílias não ciganas. “Foi pedido aos meninos para que pensassem: o que é ser cigano”, introduziu. “E temos aqui alguns meninos que dizem... Cigano é como os outros. Eu gosto de ser cigano. Os ciganos gostam de cartas. Os casamentos são bonitos porque não são na rua. Têm ciganos bonitos. Quando for crescida quero usar roupas

brilhantes. Quando morre uma pessoa cigana usa luto”. O livro tem também a opinião dos meninos não ciganos. “Ser cigano: uma raça diferente da nossa, 9 anos. Viver com mais necessidades, 9 anos. Viver em alegria, 10 anos. Ser negociante, 9 anos. Gostar de dançar, 12 anos. Andar de terra em terra, 9 anos”. E uma parte dedicada às diferenças e semelhanças. “O rapaz faz a barba e o cigano deixou crescer. O cigano está vestido de luto e o senhor não. Com esta idade o cigano usa cha-

péu. Todas as noivas vão muito bonitas para o casamento. Não conhecemos ciganas locutoras. As ciganas não usam fato de banho na praia, mas as outras senhoras usam. As ciganas não usam roupas transparentes”.

No debate falou-se das poucas referências nos manuais escolares à cultura cigana, do único livro de histórias sobre ciganos, de Pedro Sousa Tavares, e da estratégia nacional para a integração das comunidades ciganas, lançada em 2013 e que está disponível *online*. ■

Ainda na comemoração dos seus 10 anos em Portugal Orquestra Geração promove “meeting” na Fundação Calouste Gulbenkian

Foto: Facebook Orquestra Geração



Foto: Facebook Orquestra Geração

Nos passados dias 7 e 8 de Julho decorreu nas instalações da Gulbenkian, em Lisboa, um encontro que envolveu delegações de 11 países da Europa nas quais se desenvolve o sistema de intervenção social através da música, baseado no projeto venezuelano traduzido em Portugal pelo trabalho desenvolvido há já 10 anos pela Orquestra Geração. Em breve conversa com uma das “almas” do projeto em Portugal, o professor Wagner Diniz, este fez questão de sublinhar que o trabalho desenvolvido pela Orquestra Geração em Portugal atinge 20 escolas situadas em zonas consideradas socialmente “difíceis” (todas são Territórios

Educativos de Intervenção Prioritária, TEIP). A Orquestra Geração procura agora iniciar o seu trabalho logo nos jardins-de-infância e no 1º ciclo, com crianças de 5 e 6 anos, mantendo também uma experiência com alunos do ensino noturno da Escola Maria Keil (na Apelação) e trabalho em conjunto com a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa envolvendo 27 alunos de casas de recolhimento. Fora de Lisboa, o projeto encontra-se ativo em escolas de Coimbra, com apoio do conservatório local.

A amplitude e o sucesso desta iniciativa não seriam possíveis, sublinhou, sem o excelente apoio das instituições envolvidas, a Gulbenkian e diversos mecenas, e particularmente das Câmaras Municipais de Lisboa, Loures, Amadora, Oeiras, Sesimbra e Almada, apoio traduzido no financiamento da gestão do projeto e dos estágios, na escolha das escolas de intervenção e nos transportes. A intervenção da Orquestra Geração, disse Wagner Diniz, abrangeu já 1070 “miúdos”, e é para continuar... ■

Organização

Serviços

Protocolos

Cultura

Consultório Jurídico

Aos
SÓCIOS

Contacte-nos



SPGL
SINDICATO DOS PROFESSORES
DA GRANDE LISBOA

Sede Rua Fialho de Almeida, 3,
1070-128 Lisboa
●Tel: 213819100
●Fax: 213819199
●spgl@spgl.pt
●Direção: spgl@spgl.pt
●www.spgl.pt

Serviço de Apoio a Sócios
●TEL: 21 381 9192
●apoiosocios@spgl.pt

Serviço de Contencioso
●TEL: 21 381 9127
●contencioso@spgl.pt

Serviços Médicos
●TEL: 21 381 9109
●servmedicos@spgl.pt

Serviços (seguros, viagens, etc.)
●TEL: 21 381 9100
●servicos@spgl.pt

Centro de Documentação
●TEL: 21 381 9119
●fenprof@fenprof.pt

Direção Regional de Lisboa
Rua Fialho de Almeida, 3 - 3º
1070-128 Lisboa
Tel: 213819100 Fax: 213819199
drlisboa@spgl.pt

Direção Regional do Oeste
●Caldas da Rainha
Av. Engº Luís Paiva e Sousa, 4 B 2500-
329 Caldas da Rainha
Tel: 262841065 Fax: 262844240 E-Mail:
caldasrainha@spgl.pt
●Torres Vedras
Bº Vila Morena, Ed. Sol Jardim,
Lj 3 - 2º piso, Bl. 2
2560-619 Torres Vedras
Tel: 261311634 Fax: 261314906 E-Mail:
torresvedras@spgl.pt

Direção Regional de Santarém

●Abrantes
Rua S. Domingos - Ed. S. Domingos, 3º B
2200-397 Abrantes
Tel: 241365170 Fax: 241366493
abrantes@spgl.pt
●Santarém
Rua Vasco da Gama, 16 J - 1º Esq. 2000-
232 Santarém
Tel: 243305790 Fax: 243333627
santarem@spgl.pt
●Tomar
Av. Ângela Tamagnini, nº 28 r/c Esq.
2300-460 Tomar
Tel: 249316196 Fax: 249322656 E-Mail:
tomar@spgl.pt
●Torres Novas
R. Padre Diamantino Martins,
lote 4-Loja A
2350-569 Torres Novas
Tel: 249820734 Fax: 249824290 E-Mail:
torresnovas@spgl.pt

Direção Regional de Setúbal

●Setúbal
Rua Dr. Alves da Fonseca, 5 - 2º 2900-218
Setúbal
Tel: 265228778 Fax: 265525935 E-Mail:
setubal@spgl.pt
●Barreiro
Rua Marquês de Pombal, 40 - r/c 2830-336
Barreiro
Tel: 212079395 Fax: 212079368 E-Mail:
barreiro@spgl.pt
●Almada
R. D. Álvaro Abranches da Câmara, nº 42A
2800-015 Almada
Tel: 212761813 Fax: 212722865 E-Mail:
almada@spgl.pt

8º Encontro da Inter-Reformados de Lisboa

“Uma vida de trabalho exige valorização das reformas no presente e no futuro”



Sob o lema “Uma vida de trabalho exige valorização das reformas no presente e no futuro”, realizou-se o 8º Encontro da Inter-Reformados de Lisboa (IR Lisboa), no dia 22 de Junho, na Casa dos Direitos Sociais, em Lisboa. Teve início com a apresentação de uma pequena mostra audiovisual de diversas atividades reivindicativas e culturais desenvolvidas no último mandato (2015/2018) e com uma apresentação de caracterização dos reformados e pensionistas do distrito de Lisboa, realizada na União dos Sindicatos de Lisboa. Neste encontro participaram cerca de 100 delegados, dos quais 7 constituíam a delegação representante do DA de Lisboa e Oeste do SPGL.

Foram apresentados os projetos de plano de relatório de atividades 2015/2018, plano de organização sindical dos reformados, e de plano de ação reivindicativa para o novo mandato, para os quais o nosso departamento deu o seu contributo com diversas propostas de alteração, as quais foram quase na sua totalidade aceites.

Braulio Martins, coordenador do DA/SPGL, apresentou a forma de trabalhar

e as atividades que são desenvolvidas neste departamento, como troca de informação que possa contribuir para reflexão e a melhoria do trabalho que é desenvolvido no espaço da IR Lisboa. Para além da “Moção sobre reivindicações imediatas” foram aprovadas mais três:

. “As pensões e os salários a que temos direito” apresentada pela direção da IR Lisboa que partiu da moção aprovada no plenário realizado, no SPGL, dia 12 de junho

. “Apoio à luta dos professores e educadores – Exigência de negociações sérias e conclusivas” apresentada pelo DA/SPGL

. “Apoio e solidariedade aos povos em luta”

Foi ainda feita uma saudação da FEN-PROF ao 8º encontro por Helena Gonçalves, coordenadora do DA/FEN-PROF.

Foi eleita a nova direção da Inter-Reformados Lisboa da União dos Sindicatos de Lisboa da CGTP, composta por 36 elementos representantes de 18 sindicatos, dos quais, 2 do SPGL, Isabel Gaspar e Manuel Vasconcelos. ■

Debate no Barreiro



No passado dia 22 de junho de 2018, organizado pela Direção Nacional da Inter-Reformados/CGTP-IN e a Comissão de Reformados da União de Sindicatos de Setúbal/CGTP-IN, realizou-se um debate na Casa Sindical do Barreiro, que contou com a presença de João Silva (Sindicalista e ex-coordenador da FTEQUIMETAL) e Fernando Sequeira (Economista).

No debate, onde estiveram presentes reformados e aposentados e também trabalhadores no ativo, o tema central abordado foi a “Privatização e deslocalização de empresas, e as consequências para o país e o direito à reforma”, consequências que todo este processo teve no país em geral e de uma forma muito particular no Distrito de Setúbal. No interessante debate gerado, foram destacadas as consequências das políticas neoliberais seguidas nas últimas décadas no Distrito de Setúbal, nomeadamente o encerramento de empresas e os seus efeitos nos níveis de desemprego superiores à média nacional, na violação dos direitos dos trabalhadores e no ataque aos serviços públicos e, ainda, os reflexos que todo este processo teve no congelamento e degradação das pensões e reformas, que tornam ainda mais difícil a vida de dezenas de milhares de reformados e pensionistas. ■

António Aleixo na Sociedade do seu Tempo

Em 20 de junho de 2018 decorreu mais uma sessão de “O meu Livro quer outro Livro”, promovida pelo departamento de Professores e Educadores Aposentados. Foi abordado o tema “António Aleixo na sociedade do seu tempo”, sendo oradora a professora Georgina Palma.



Fotos: Dep. Prof. Aposentados do SPGL

Margarida Lopes apresentou a sessão, cumprimentando os presentes.

Como é habitual cumpriu-se o momento da Troca de livros. Leonoreta Leitão apresentou “Mário Dionísio-Autobiografia” de Mário Dionísio, salientando que nela estão descritos factos muito importantes dos anos 40 e 50, presenciados pelo autor.

Referiu ainda “A Gorda” de Isabela Figueiredo, Prémio Literário de Romance atribuído pela FENPROF em 2017/18, manifestando algum desagrado pelo que considerou “exibicionismo erótico”.

Inês Veiga apresentou a “A Amiga Ideal” de Helena Ferrante, obra que teve boas referências de alguns dos presentes.

Conceição Almeida fez referência à obra de Mário de Carvalho “Ronda das Mil Belas em Frol.”

Orlando Rolo informou que terminou a obra de que é autor, “Bancanalm - o Mundo manhoso da República do Paraíso sobrebrelal”.

Foi ainda mencionada a obra “Nada lhe será perdoado”, de Maria Archer, um retrato da sociedade algarvia, fechada e cheia de preconceitos, no tempo de Salazar.

Helena Gonçalves preencheu o Momento Sindical salientando a greve dos professores e o 8º Encontro da Inter-reformados que terá a participação do SPGL.

Georgina Palma iniciou a sua apresentação narrando a biografia de António Aleixo, poeta algarvio que viveu de 1899 a 1949.

Referiu a sua pouca instrução e a capaci-

dade de ter fugido às malhas do fascismo. Desde novo com vasta produção de versos foi bem notado no seu tempo. Tendo ficado órfão, cedo teve de acorrer ao sustento dos familiares. Desde corneteiro no serviço militar a tecelão, foi como polícia que se manifestou a sua índole livre e avessa à repressão. Só lá ficou dezoito meses. Foi também pastor por motivo de saúde e, finalmente, emigrou para França para poder sustentar a família que, entretanto, constituíra.

Regressado a Portugal, voltou ao tear e à pastorícia e ainda vendeu folhetos com os seus versos em feiras e romarias.

Joaquim Magalhães, um dos membros do Júri dos Jogos Florais de 1937, a que Aleixo concorreu, foi desde então o seu maior divulgador.

Internado no Sanatório dos Covões, em Coimbra, desde 1943 a 1949, é lá que conhece Tossan que o apresenta a figuras importantes da sociedade intelectual de Coimbra, entre os quais Miguel Torga. Morreu em 1949.

Georgina Palma, após referir a bibliografia de António Aleixo, estruturou a apresentação da sociedade do tempo em que viveu António Aleixo escolhendo para linhas mestras da sua exposição: os amigos (por ex. Joaquim Magalhães e Tossan), os locais que frequentou (Café Cacinha), as figuras dessa sociedade (os “pipis”), os seus pensamentos (sobre o amor, a mulher e a morte), a obra em si mesma e a permanência da obra.

Georgina Palma abordou estes subtemas, ligando-os, com mestria, à produção poética de António Aleixo.

A apresentação de Georgina Palma foi

tão precisa, pormenorizada e pertinente que se torna impossível reproduzi-la nesta crónica, mas serviu de forte incentivo para que a autora apresente o seu trabalho noutras iniciativas. Alguns dos presentes leram ainda outras quadras do autor, tendo Orlando Rolo salientado a importância da mensagem da obra de António Aleixo.

No final da apresentação, Georgina Palma foi muito felicitada pela qualidade do seu trabalho e pela grande sensibilidade revelada, considerando os presentes que as atividades deste ano foram fechadas com chave de ouro.

Foram apresentadas algumas sugestões para esta atividade no futuro:

- que os colegas escrevam uma história da sua vida profissional e a apresentem e que seja feita uma compilação dos trabalhos apresentados.

- que cada autor apresente três poemas não identificados, sujeitos a que o seu autor seja adivinhado.

Foram ainda referidas algumas hipóteses de temas para o próximo ano.

Como alguém disse, as atividades deste ano foram fechadas com chave de ouro. Citamos uma quadra das muitas que sintetizam a profundidade do pensamento de António Aleixo:

*Se umas quadras são conselhos
Que vos dou de boa fé
Outras são finos espelhos
Onde o leitor vê quem é.* ■

Nota – esta sessão foi seguida de um jantar convívio com música ao vivo concretizada pelos nossos colegas Rui Curto, também já aposentado, e pelo Eduardo Costa Pereira, ainda no ativo. Contribuíram muito para um final muito alegre em que também todos nós cantámos...

Legislação

I Série

• **Resolução do Conselho de Ministros n.º 72/2018 de 06/06**

Aprova o Programa de ação para combater a precariedade e promover a negociação coletiva Portaria n.º 160/2018 de 06/06

Atualiza os montantes do abono de família para crianças e jovens, do abono de família pré-natal, e respetivas majorações e do subsídio de funeral

• **Lei n.º 24/2018 de 08/06**

Renovação e prorrogação das bolsas de pós-doutoramento até à conclusão do procedimento concursal previsto no artigo 23. Do Decreto-Lei n.º 57/2016, de 29 de agosto, na redação dada pela Lei n.º 57/2017, de 19 de julho

• **Resolução do Conselho de Ministros n.º 81/2018 de 19/06**

Autoriza a realização da despesa destinada ao apoio financeiro do Estado a cooperativas e associações de ensino especial e as instituições particulares de solidariedade social que celebrem contratos de cooperação para o ano letivo de 2018-2019

• **Resolução do Conselho de Ministros n.º 83/2018 de 19/06**

Autoriza a realização da despesa destinada ao apoio financeiro do Estado a Centros de Recursos de Apoio à Inclusão que celebrem contratos de cooperação para o ano letivo de 2018-2019

• **Decreto-Lei n.º 49/2018 de 21/06**

Estabelece o regime de exercício de funções nos Centros Portugueses da Cooperação e altera o regime do agente da cooperação

• **Decreto-Lei n.º 53/2018 de 02/07**

Altera os regimes jurídicos de proteção social nas eventualidades de doença, desemprego e parentalidade

• **Resolução da Assembleia da República n.º 154/2018 de 04/07**

Recomenda ao Governo que garanta o financiamento transitório dos investigadores doutorados cujas bolsas cessaram enquanto se aguarda a aplicação das alterações ao Decreto-Lei n.º 57/2016, de 29 de agosto

• **Decreto-Lei n.º 54/2018 de 06/07**

Estabelece o regime jurídico da educação inclusiva

• **Decreto-Lei n.º 55/2018 de 06/07**

Estabelece o currículo dos ensinos básico e secundário e os princípios orientadores da avaliação das aprendizagens



Serviços Médicos SPGL

Os associados e os seus familiares diretos têm acesso a estes Serviços, que abrangem várias especialidades, e cuja direção clínica está a cargo do Dr. Camilo Sequeira, a preços negociados entre a Direção do Sindicato e os médicos. Funcionam todos os dias úteis, entre as 12h00 e as 19h00 (tel. 213 819 109 – servmedicos@spgl.pt), com exceção da Medicina Dentária, que funcionará entre as 10h00 e as 20h00.

Especialidade	Médico	Dias	Hora Consulta
Cirurgia Plástica⁽²⁾	Zeferino Fraga		Atende no consultório (Av. República, 48-B – 1º Esq. – Lisboa 217969595)
Endocrinologia	Jorge Portugal	2ª	16h00 (Mensal)
Ginecologia/ /Obstetria	Rosa Rito	6ª	17h00 (de 15 em 15 dias)
Medicina Dentária⁽¹⁾	Equipa médica coordenada por António Guilherme	2ª, 4ª e 6ª	contactar 21 381 91 12
Medicina Interna	Camilo Sequeira	3ª	17h00/18h00
Oftalmologia	José Valente	6ª	A partir das 18h00 (de 15 em 15 dias)
Otorrino	Tito Gouveia	2ª	16h30/19h00
Psicologia	Ana Paula Folques	2ª	14h00/18h30
Psiquiatria	Alfredo Frade	6ª	14h00/17h30
Reumatologia⁽²⁾	Vera Lás		Atende no Consultório (Av. da República nº 82 - 2º - Lisboa Tel. 938 461 655)

(1) Tabela negociada com o SPGL (consultar em www.spgl.pt).

(2) Tabela especial para associados, mas diferente do preço das consultas nos Serviços Médicos

PUB.



Tânia Silva - Terapeuta

Os professores têm ao seu dispor, nas instalações da sede do sindicato, serviços de saúde e bem-estar, como tratamentos de auxiliar de fisioterapia, massagens de recuperação, de relaxamento, massagem modeladora, drenagem linfática manual, reiki, fisioterapia estética, e shiatsu

Aproveite e venha conhecer!

• **Dorn-Breuss** – realinhamento da coluna

• **Massagem Breuss** – dor da coluna vertebral e desequilíbrio hormonal.

• **Drenagem linfática manual** - elimina excesso de líquidos e toxinas

• **Eletroterapia e ultrassons** – alívio de dor e problemas estéticos localizados

• **Ventosaterapia** - nutrição de músculos, alívio de tensões, dores musculares e articulares

Alteração do período de férias



De acordo com o artigo 126.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aplicado ao pessoal docente por remissão do artigo 86.º do ECD, tem o mesmo direito a 22 dias de férias por ano, acrescendo a este período um dia útil de férias por cada 10 anos de serviço efetivamente prestado.

Por seu turno, o n.º 1 do artigo 122.º da LTFP torna aplicável aos funcionários públicos o regime do Código do Trabalho em matéria de férias, em tudo o que não colida com o estatuído nesta Lei e com as necessárias adaptações. Deste modo, o artigo 243.º prevê a alteração do período de férias por motivo relativo à entidade pública, possibilitando que esta "... altere o período de férias já marcado ou interrompa o já iniciado". Esta alteração tem de ser, obrigatoriamente, fundamentada por exigências imperiosas do funcionamento do

serviço. Se tal não suceder, pode o trabalhador solicitar tal fundamentação, no âmbito do direito à informação procedimental, assim como a identificação do novo período em que irá gozar as férias, considerando até a limitação constante do artigo 88.º do ECD. Para além disso, os trabalhadores que veem as suas férias alteradas têm direito a uma indemnização pelos prejuízos sofridos por deixarem de gozar as férias nos períodos marcados. Em caso de interrupção, deve ser permitido o gozo seguido de metade do período a que o trabalhador tem direito.

Tendo em conta que, da regra geral contida no artigo 241.º do Código do Trabalho, decorre que o período de férias é marcado por acordo entre o empregador e o trabalhador e que, na falta de acordo, é o empregador que as marca, não é despiciendo defender que este procedimento possa ocorrer no caso em apreço,

mas com a urgência que a situação impõe.

Em suma, a alteração ou a interrupção do período de férias só podem ocorrer nos casos justificados por exigências imperiosas do funcionamento do serviço, que têm de ser concretizadas em relação a cada funcionário. Para além desta obrigatoriedade, torna-se também imprescindível que os trabalhadores sejam notificados do despacho que altera ou interrompe as férias.

Por fim, o artigo 130.º da LTFP determina que, quando o empregador público, com culpa, não permite o gozo das férias nos termos previstos nesta Lei, o trabalhador recebe, a título de compensação, o triplo da remuneração correspondente ao período em falta, o qual deve obrigatoriamente ser gozado até 30 de abril do ano civil subsequente.■

Secretariado Nacional da FENPROF



ctt correios

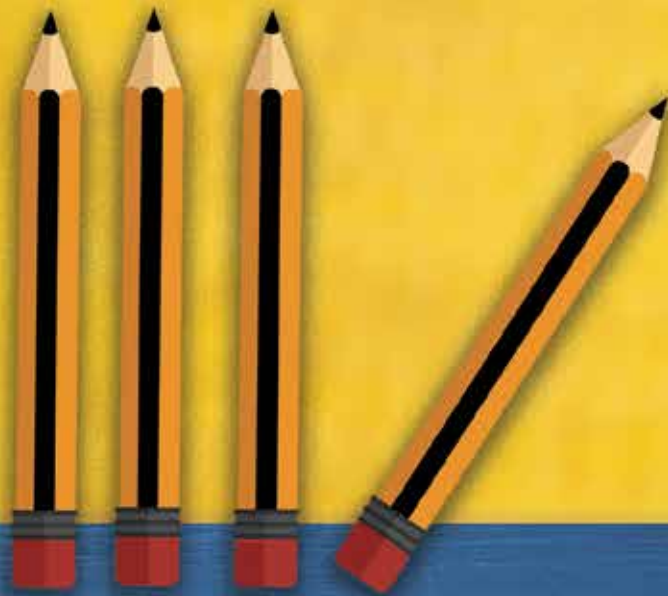
TAXA PAGA
PORTUGAL
CONTINATO 977789

PUBLICAÇÕES
PERIÓDICAS

AUTORIZADO A CIRCULAR
EM INVÓLUCRO FECHADO
DE PLÁSTICO OU PAPEL
DE00162018DCC
PODE ABRIR-SE PARA
VERIFICAÇÃO POSTAL

BASTA

DE PRECARIEDADE



DEFENDE A *TUA* PROFISSÃO



SPGL

SINDICATO DOS PROFESSORES DA GRANDE LISBOA

| membro da FENPROF |

